



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE
1966

APRESENTADO A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
DOUTOR NICANOR KRAEMER DA LUZ, DIGNÍSSIMO
SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS
DA FAZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ES-
TADO DR. AURÉLIO CAUDURO

1967

EDITORA MERIDIONAL "EMMA"

Porto Alegre

Empréstimo Lei Federal 4.770, de 15/9/65 - Governo da União	4.471.001.600
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 8ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 14.468, de 10/12/62).....	42.947.878
Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - 1ª série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 15.043, de 29/3/63)	16.410.397
Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Lei 4.873, de 22/12/64).....	25.794.466
	<u>11.460.154.341</u>

Computadas as retificações expostas, o descoberto financeiro acumulado em 31 de dezembro de 1966 passará a exprimir a realidade com maior aproximação. Eis como se apresenta sua composição:

Ativo financeiro

I - Real

Disponível	16.893.505.330	
Realizável	<u>10.071.797.336</u>	26.965.302.666

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos adicionais abertos

Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado (Lei 3.601, de 1/12/58)

4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61	225.576.336
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62	447.104.477

Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos (Lei 4.387, de 6/12/62)

2ª série - Dec. 15.637, de 26/9/63	4.999.233.397
3ª série - Dec. 16.211, de 28/12/63	1.905.617.460

Empréstimo em apólices Consolidação de Dívidas Flutuantes (Lei 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63).....

1.112.159.000

Empréstimo em apólices Lei 5.127/65

9.100.000.000

Empréstimo em apólices Lei 5.162/65

10.000.000.000

Empréstimo em apólices Plano Comunitário de Investimentos (Lei 5.249, de 16/7/66)

1ª série - Dec. 17.989, de 8/8/66	7.130.000.000
2ª série - Dec. 18.025, de 26/8/66	12.000.000.000

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 5.121, de 6/12/65)

1ª série - Dec. 17.806, de 16/2/66	20.126.754.880
------------------------------------	----------------

Empréstimo em apólices Lei 5.344/66

30.000.000.000

Empréstimo em apólices Plano de Auxílios Especiais aos Municípios (Lei 5.309, de 19/12/66, e Dec.18.321, de 28/12/66).....	12.000.000.000	
Parcela a realizar da taxa de eletrificação.....	<u>1.103.740.698</u>	<u>110.150.186.248</u>
		<u>137.115.488.914</u>

Passivo Financeiro

I - Real

a) Restos a Pagar	82.016.498.725	
b) Serviço da Dívida a Pagar	6.777.016.295	
c) Depósitos	12.312.187.698	
d) Débitos de Tesouraria	16.616.632.746	
e) Diversos	<u>20.239.382.651</u>	137.961.718.115

II - Potencial

Créditos especiais transferidos para 1967.....	88.137.368.423	
Saldo a utilizar do Empréstimo Lei 4.931, de 13/2/65, contratado com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul.....	2.786.230	
Saldo a aplicar da taxa de transportes.	1.664.009.114	
Saldo a aplicar da taxa de comunicações	90.116.476	
Saldo a aplicar da quota-parte do imposto sobre energia elétrica	649.103.249	
Saldo a aplicar da taxa de saneamento.	2.562.626.357	
Saldo a aplicar da renda do Departamento da Loteria do Estado.....	<u>634.192.624</u>	<u>93.740.202.473</u>
		<u>231.701.920.588</u>

Resumo

Passivo Financeiro	231.701.920.588
Ativo Financeiro	<u>137.115.488.914</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/66	<u>94.586.431.674</u>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpre-nos ressaltar que, no Balanço do exercício econômico-financeiro de 1966, não estão incorporadas, embora pertençam à Administração Central, as chamadas rendas industriais da Secretaria da Agricultura, das Oficinas da Penitenciária Industrial e da Penitenciária e Colônia Penal Agrícola. Essa anomalia, que já se vem tornando praxe, urge seja normalizada, uma vez que, de acôrdo com o procedimento que vem sendo adotado, a sua aplicação ocorre à margem do orçamento, portanto, sem cobertura legal, fugindo ao controle interno e à fiscalização externa.


O Balanço Consolidado da Fazenda Pública Estadual, do exercício em exame, de que trata o artigo 79 da Lei nº 4.478, de 9 de janeiro de 1963, tal como vem ocorrendo em anos anteriores, não foi elaborado pela Contadoria Geral do Estado. A não elaboração desse documento deve-se ao fato de a maior parte das autarquias não terem encaminhado a este Órgão, em tempo hábil, os respectivos Balanços.

É-nos grato, Senhor Secretário, registrar o devotamento dos funcionários desta Contadoria Geral. Graças ao senso de responsabilidade e à capacidade de trabalho desses servidores é que foi possível apresentar o Balanço dentro do prazo constitucional, bem como a presente exposição.

Ao ilustre Professor Ary Burger, digno antecessor de Vossa Excelência, seja-nos permitido manifestar, prazerosamente, nosso reconhecimento pelo apoio e atenção que dispensou a este Órgão, em sua brilhante administração nesta Secretaria.

Não seria lícito encerrarmos estas considerações, sem mencionar a excelente gestão de nosso antecessor, Professor Waldir Comerlato, que, graças às suas qualidades de técnico de alto gabarito, aliadas às de liderança, conseguiu superar a deficiência numérica de pessoal e a falta de recursos materiais, com que se depara, ainda, esta Contadoria Geral.

A Vossa Excelência asseguramos a leal e decidida colaboração da Contadoria Geral do Estado para o bom êxito da honrosa e árdua função que lhe foi confiada.


Aurélio Cauduro
Contador Geral do Estado



Pôrto Alegre, 27 de abril de 1967.

Exposição sôbre o Balanço Geral da Administração Central do Estado, referente ao exercício de 1966, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nicanor Kraemer da Luz, Digníssimo Secretário da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda

Temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Central do Estado, relativo ao exercício financeiro de 1966, cumprindo-se, assim, uma das disposições mais expressivas da Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, que criou esta Contadoria Geral.

É de mencionar-se a circunstância de o Balanço em questão, a ser encaminhado ao Colendo Tribunal de Contas e à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado pelo atual Governador do Estado, constituir a prestação de contas da gestão desenvolvida sob a superior orientação do Chefe do Poder Executivo no período governamental anterior.

Através do conjunto de demonstrações contábeis que constitui este documento, são expostas as operações realizadas no ano fiscal de 1966, os resultados alcançados e a composição do patrimônio do Estado.

Com a finalidade de proporcionar à Alta Administração do Estado relevantes informações para a formulação da política financeira e elaboração de programas, bem como fornecer subsídios aos órgãos superiores de fiscalização e julgamento das contas governamentais, procede-se à presente análise das principais peças técnicas, pondo-se em relêvo os fatos mais importantes da gestão desenvolvida.

1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

A Lei de Meios para o exercício econômico-financeiro de 1966, que tomou o nº 5.137 e a data de 7 de dezembro de 1965, estimou a receita em Cr\$ 393.001.249.811 e fixou a despesa em Cr\$ 431.973.684.274, estando previsto, destarte, um deficit de Cr\$ 38.972.434.463, cuja cobertura a Lei não previu.

A par dos créditos ordinários vigorou grande número de créditos especiais e dois extraordinários.

O plano financeiro global para 1966, compreendendo as despesas autorizadas e os recursos financeiros a elas vinculados, foi objeto de numerosas e profundas alterações, com o intuito de ajustá-lo à realidade administrativa.

Dada a complexidade dos reajustamentos das autorizações de despesa e das vinculações de recursos, proceder-se-á à minuciosa análise do plano financeiro global para 1966.

1.1.0 - DESPESAS AUTORIZADAS

O conjunto das autorizações de despesa para 1966 totalizou Cr\$ 546.777.745.893. Para melhor elucidação, analisar-se-á a despesa fixada segundo a natureza dos créditos.

1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

O orçamento inicial consignou dotações no valor total de Cr\$ 431.973.684.274, distribuídas por 3.442 rubricas. No decurso do exercício, mais da metade destas autorizações de despesa foram alteradas, sendo canceladas, total ou parcialmente, 1.123 especificações e suplementadas 855.

Dentre as diferentes especificações orçamentárias, merece menção especial a que constou do orçamento, no código local 5.09, sob o título "Fundo de Estabilização Financeira", com a finalidade de suplementar, durante o exercício, as verbas orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas de custeio. Esta verba foi contemplada, inicialmente, com Cr\$ 9.045.463.649. No decurso do exercício, foi suplementada em Cr\$ 24.108.192.565 e reduzida em Cr\$ 33.152.968.200. As reduções foram utilizadas totalmente na cobertura de créditos adicionais, sendo de Cr\$ 29.004.818.200 o valor dos suplementares e de Cr\$ 4.148.150.000 o dos especiais.

As demais rubricas foram suplementadas em Cr\$ 52.912.585.708 e reduzidas em Cr\$ 31.924.813.654.

Dentre as verbas que apresentam reduções mais significativas, destacam-se as seguintes:

Secretaria da Fazenda

5.03	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.8	Percentagens	1.179.469.104
5.05	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.8	Percentagens	2.018.210.924
5.08	3.2.3.0	Inativos	
	3.2.3.2	Militares	1.030.000.000
		Diferenças de proventos (Lei 3096, de 31/12/56).....	1.540.000.000
	3.2.7.0	Juros da Dívida Pública	
	3.2.7.1	Fundada Interna	999.875.000
	4.3.1.0	Amortização da Dívida Pública	
	4.3.1.1	Fundada Interna	808.591.120

Secretaria das Obras Públicas

6.04	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.2.10	Salários de mensalistas	1.403.002.944
	3.1.3.0	Serviços de Terceiros	
	3.1.3.7	Gás e energia elétrica	1.206.998.627
	4.1.1.0	Obras Públicas	
	4.1.1.3	Prosseguimento e conclusão de obras	1.911.641.379
	4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	
	4.1.3.1	Máquinas, motores e aparelhos	376.358.621

Secretaria de Educação e Cultura

8.04	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.10	Vencimentos	700.000.000
	3.1.1.1.2.6	Gratificações por regime especial de trabalho.....	350.000.000

Secretaria da Segurança Pública

9.09	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.2.1.3	Etapas	670.200.000
9.10	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.2.1.8	Vencimentos	400.000.000

Os créditos ordinários sofreram um aumento, em decorrência das alterações legalmente decretadas, da ordem de Cr\$ 11.942.996.419, conforme se demonstra:

Orçamento inicial	431.973.684.274
Mais: Suplementações	77.020.778.273
	<u>508.994.462.547</u>
Menos: Reduções	65.077.781.854
Orçamento com as alterações decretadas	<u>443.916.680.693</u>

O quadro a seguir demonstra as alterações dos créditos ordinários, segundo as categorias e subcategorias econômicas.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
DESPESAS CORRENTES				
Despesas de Custeio	229.664.299.793	59.173.199.177	50.367.975.930	238.469.523.040
Transferências Correntes ..	105.913.246.284	11.445.792.826	5.027.989.795	112.331.049.315
Subtotal	335.577.546.077	70.618.992.003	55.395.965.725	350.800.572.355
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	45.224.149.328	5.667.603.870	7.818.015.267	43.073.737.931
Inversões Financeiras	8.890.348.448	567.362.400	243.536.942	9.214.171.906
Transferências de Capital ..	42.281.640.421	166.820.000	1.620.261.920	40.828.198.501
Subtotal	96.396.138.197	6.401.786.270	9.681.816.129	93.116.108.338
TOTAL.....	431.973.684.274	77.020.778.273	65.077.781.854	443.916.680.693

A respeito das retificações do orçamento inicial, convém esclarecer que o fato de ter sido suplementado o "Fundo de Estabilização Financeira", para posterior redistribuição, determina uma duplicação dos créditos suplementares. Procedendo-se à eliminação das quantias computadas duplamente, reduzem-se as retificações do orçamento à sua verdadeira expressão, ou seja, Cr\$ 52.912.585.708 de suplementações e Cr\$ 40.969.589.289 de reduções.

1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

No exercício de 1966, tiveram vigência 123 créditos especiais, no total de Cr\$ 102.791.065.200.

Não obstante se tratar de autorizações especiais, destinadas, nos termos das normas gerais de direito financeiro em vigor, ao atendimento de despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, numerosos adicionais desta espécie são abertos para atender gastos já contemplados no orçamento.

Em relação ao ano de 1965, quando vigoraram 100 adicionais de natureza especial, houve um acréscimo de 23 autorizações. No que diz respeito ao valor, todavia, verificou-se pronunciado incremento, pois, de Cr\$ 7.911.005.794 em 1965, elevou-se a Cr\$ 102.791.065.200 no ano sob exame. Este aumento foi da ordem de 1.299,34 %.

Segundo o ano em que foram abertos, os créditos especiais assim se distribuem:

Transferidos de 1965

Abertos em 1963	1.292.903.271		
Abertos em 1964	16.473.338		
Abertos em 1965	<u>2.017.116.245</u>	3.326.492.854	
Menos: Reduções, em 1966, de créditos abertos em 1965		<u>85.835.000</u>	3.240.657.854
Abertos em 1966		99.550.907.346	
Menos: Reduções		<u>500.000</u>	<u>99.550.407.346</u>
			<u>102.791.065.200</u>

Os créditos especiais vigentes no ano sob relato distribuem-se, segundo as finalidades, na seguinte forma:

Plano Comunitário de Investimentos	42.762.303.580
Vantagens de pessoal - 1966	34.000.000.000
Plano de Auxílios Especiais aos Municípios	12.000.000.000
Participação do Estado na Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN	3.500.000.000
Pagamento de dívida flutuante não inscrita	2.885.178.101
Despesas realizadas com o movimento revolucionário de março de 1964	1.060.000.000
Auxílios diversos	1.052.770.000
Acôrdos com Prefeituras Municipais para funcionamento de escolas primárias	810.000.000
Saneamento	590.314.208
Funcionamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	500.000.000
Eletrificação	480.000.000
Estudo, projeto, obras e equipamentos e instalação de um Canal de Televisão Educativa	400.000.000
Aquisição e desapropriação de imóveis	338.386.419
ASCAR - instalação de 10 unidades operacionais	300.000.000
Construção do Palácio Legislativo	275.000.000
Prosseguimento e conclusão de obras	242.560.992
Instalação da Estação Experimental Central do Departamento da Produção Vegetal	215.488.800
Aquisição de máquinas de escritório, móveis e utensílios para a Secretaria da Segurança Pública	190.000.000
Instalação e funcionamento dos Centros de Recuperação e Núcleos Assistenciais	150.000.000
Para outros fins	<u>1.039.063.100</u>
	<u>102.791.065.200</u>

1.1.3 - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

No exercício de 1966, vigeram duas autorizações extraordinárias de despesa, no valor de Cr\$ 70.000.000.

O primeiro destes adicionais, aberto pelo Decreto nº 18.046, de 13/9/66, na quantia de Cr\$ 50.000.000, destinou-se a atender despesas de assistência à produção avícola, ameaçada de colapso em decorrência do surto de virose de New Castle. O outro crédito extraordinário, no valor de Cr\$ 20.000.000, cuja abertura foi determinada pelo Decreto nº 18.163, de 11/11/66, teve por finalidade dar cobertura aos gastos decorrentes dos socorros prestados às vítimas do vendaval que assolou, no ano findo, o Município de Campinas do Sul e zonas circunvizinhas.

1.2.0 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos legais que deram cobertura à despesa autorizada são analisados a seguir. Para maior clareza, bem como para efeitos de apreciações de outras ordens, a serem feitas em capítulos posteriores, são desdobrados em três classes, a saber: Fundo Geral, Fundos Especiais e Operações de Crédito.

Convém esclarecer, também, a razão de figurarem, na cobertura de despesas do ano fiscal em causa, recursos de exercícios anteriores, tanto no Fundo Geral como nos Fundos Especiais. Estes recursos foram, inicialmente, vinculados a créditos especiais que, em virtude da vigência plurianual, foram transportados para 1966, com a respectiva cobertura financeira, ou por não terem sido integralmente aplicados na realização de despesas, quando se tratar de receitas legalmente afetadas. Por êsses motivos é que recursos de exercícios anteriores deram cobertura, em 1966, a autorizações de despesa.

1.2.1 - FUNDO GERAL

O Fundo Geral é constituído pela receita orçamentária da competência do exercício de 1966 e dos anteriores, excetuada a que é vinculada à formação de Fundos Especiais e o produto de operações de crédito.

Faz-se a apreciação da cobertura financeira desta ordem desdobrando-se os recursos segundo o exercício de competência dos mesmos. Essa separação é indispensável, uma vez que somente os recursos do exercício é que são passíveis de realização, ao passo que os de exercícios anteriores, embora constituindo cobertura legalmente hábil, já foram realizados nos anos fiscais a que se referem.

Os recursos do Fundo Geral que deram suporte financeiro a despesas autorizadas, com vigência em 1966, assim se discriminam:

I - Recursos da competência do exercício de 1966

a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita orçada	393.001.249.811	
Mais: Excesso de arrecadação previsto	<u>20.000.000.000</u>	413.001.249.811
Menos:		
Receita orçada, vinculada à formação de Fundos Especiais		
Taxa de melhoria de proventos de servidores inativos ..	13.704.000.000	
Taxa de eletrificação.....	27.557.726.897	
Taxa de transportes.....	36.998.800.000	
Taxa de comunicações.....	3.061.969.655	
Taxa de saneamento.....	2.551.641.379	
Dividendos e bonificações de capitais	144.000.000	
Contribuição do Departamento da Loteria do Estado.....	455.093.000	
Auxílio do Departamento da Loteria do Estado	125.680.000	
Operações de crédito orçadas .	22.000.000.000	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas	<u>13.227.172.344</u>	<u>119.826.083.275</u>
		293.175.166.536

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do Fundo Geral, vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais.....	<u>13.227.172.344</u>
--	-----------------------

Fundo Geral da competência do exercício de 1966.....	<u>306.402.338.880</u>
--	------------------------

II - Recursos da competência de exercícios anteriores a 1966, que deram cobertura a créditos especiais vigentes

Recursos do exercício de 1964		
Redução de dotações		44.076.642
Recursos do exercício de 1965		
Redução de dotações	1.074.398.456	
Maior arrecadação da taxa de desenvolvimento agropecuário	<u>90.000.000</u>	<u>1.164.398.456</u>
Fundo Geral da competência de exercícios anteriores a 1966		<u>1.208.475.098</u>

Os recursos do Fundo Geral assim se sintetizam:

Da competência do exercício	306.402.338.880
Da competência de exercícios anteriores	<u>1.208.475.098</u>
	<u>307.610.813.978</u>

1.2.2 - FUNDOS ESPECIAIS

Constituem os Fundos Especiais os recursos decorrentes de receitas legalmente afetadas, da competência do exercício de 1966 e dos anteriores, que são aplicados sob a forma de Fundos.

Os recursos financeiros sob exame são desdobrados segundo a competência dos exercícios, bem como quanto à natureza dos créditos aos quais se vinculam, como segue:

I - Recursos da competência do exercício de 1966

a) Para cobertura de créditos ordinários

Taxa de melhoria de proventos de servidores inativos	13.704.000.000	
Taxa de eletrificação	27.557.726.897	
Taxa de transportes	36.998.800.000	
Taxa de comunicações	3.061.969.655	
Taxa de saneamento	2.551.641.379	
Dividendos e bonificações de capitais	144.000.000	
Contribuição do Departamento da Loteria do Estado.....	455.093.000	
Auxílio do Departamento da Loteria do Estado	125.680.000	
Quota-parte do imposto sobre energia elétrica	<u>4.137.303.870</u>	88.736.214.801

b) Para cobertura de créditos especiais

Quota-parte do imposto sobre minerais	<u>661.321.154</u>
	<u>89.397.535.955</u>

II - Recursos da competência de exercícios anteriores a 1966

a) Para cobertura de créditos ordinários

Contribuição do Departamento da Loteria do Estado Maior arrecadação de 1965.....	291.571.746
---	-------------

b) Para cobertura de créditos especiais

Contribuição do Departamento da Loteria do Estado

Maior arrecadação de 1963	30.935.000	
Arrecadação de 1964	133.724.252	
Taxa de transportes		
Maior arrecadação de 1964	33.723.499	
Quota-parte do impôsto sôbre mi- nerais		
Arrecadação de 1965	<u>298.678.846</u>	<u>497.061.597</u>
		<u>788.633.343</u>

Eis a síntese dos recursos integrantes dos Fundos Especiais:

Da competência do exercício	89.397.535.955
Da competência de exercícios anteriores	<u>788.633.343</u>
	<u>90.186.169.298</u>

1.2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os empréstimos de financiamento - excluídas, portanto, as operações de antecipação da receita - vinculados a autorizações de despesa que vigoraram em 1966 atingiram Cr\$ 87.197.035.007.

É de esclarecer-se que, da receita de operações de crédito, prevista no orçamento, no montante de Cr\$ 22.000.000.000, é considerada a parcela de Cr\$ 1.999.993.600, por ter sido a única quantia realizada à conta daquela estimativa. Enquanto o produto dessa operação, que foi realizada com o Governo da União, deu cobertura a créditos ordinários, os demais empréstimos efetuados - tanto contratados como de lançamento - vincularam-se a créditos adicionais.

Os recursos de operações de crédito serão desdobrados em dois grupos. O primeiro compreenderá os empréstimos cujo produto foi recebido em exercícios anteriores a 1966. No segundo grupo serão consideradas as operações por efetivar que apresentavam possibilidade de realização.

Foram os seguintes os recursos de operações de crédito que deram cobertura a autorizações de despesa que vigoraram em 1966:

I - Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 4.387, de 6/12/62	741.293.147
---	-------------

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo Saneamento, contratado com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul - Lei 3.601, de 1/12/58.....	2.837.781	
Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 1ª série - Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 15.043, de 29/3/63.....	102.939.158	
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 4.387, de 6/12/62.....	4.210.570	
Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 4.873, de 22/12/64 ..	492.890.765	
Empréstimo Lei 4.931, de 13/2/65, contratado com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul	<u>51.549.208</u>	1.395.720.629

II - Operações de crédito que apresentavam possibilidade de realização

a) Para cobertura de créditos ordinários

Ajuste para liquidação de dívidas, firmado com o Governo da União, de 12,5 bilhões de cruzeiros - - Lei 5.186, de 23/12/65	1.999.993.600	
---	---------------	--

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - Lei 3.601, de 1/12/58		
4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61	20.000.000	
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62	272.338.800	
8ª série - Dec. 14.468, de 10/12/62	43.947.032	
Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - Lei 4.387, de 6/12/62		
1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63	35.985.842	
2ª série - Dec. 15.637, de 26/9/63	115.129.000	
Empréstimo em apólices Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63.....	1.292.903.271	
Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - - Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. ... 17.806, de 16/2/66	22.762.303.580	
Empréstimo em apólices Plano Comunitário de Investimentos - Lei 5.249, de 16/7/66		

1ª série - Dec. 17.989, de 8/8/66 .	8.000.000.000	
2ª série - Dec. 18.025, de 26/8/66 .	12.000.000.000	
Empréstimo em apólices Plano de Auxílios Especiais aos Municípios - Lei 5.309, de 19/12/66, e Dec. 18.321, de 28/12/66	12.000.000.000	
Empréstimo em apólices Lei 5.344, de 23/12/66, e Dec. 18.322, de 28/12/66	<u>30.000.000.000</u>	<u>88.542.601.125</u>
		<u>89.938.321.754</u>

1.3.0 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

Através da conjugação dos elementos expostos, isto é, a despesa fixada e os recursos financeiros a ela vinculados, determina-se o resultado presumível do exercício.

Para êsse efeito, considera-se a despesa autorizada pelo seu total, que assim se sintetiza:

Despesa fixada

Créditos ordinários.....	443.916.680.693
Créditos especiais.....	102.791.065.200
Créditos extraordinários	<u>70.000.000</u>
	<u>546.777.745.893</u>

Os recursos financeiros a serem computados, para o fim em causa, devem ser expurgados dos que, embora legalmente hábeis, não apresentavam possibilidade de realização ou já tinham sido realizados em exercícios anteriores. Na análise dos recursos, foi feita a demonstração dos que foram efetivados em anos anteriores e dos que não tinham condições de serem efetuados.

Dentro dessa orientação, são os seguintes os recursos a serem considerados:

Recursos financeiros

Fundo Geral	
Da competência do exercício	306.402.338.880
Fundos Especiais	
Da competência do exercício	89.696.214.801
Operações de crédito	
Empréstimos de possível realização	<u>88.542.601.125</u>
	<u>484.641.154.806</u>

A confrontação da soma das autorizações de despesa com o total dos recursos financeiros realizáveis, que se traduz num deficit de Cr\$ 62.136.591.087, revela o resultado presumível do exercício, como se demonstra:

Despesa fixada	546.777.745.893
Recursos financeiros	<u>484.641.154.806</u>
Deficit presumível do exercício	<u>62.136.591.087</u>

2 - BALANÇO FINANCEIRO

Através do Balanço Financeiro, são postas em evidência, de forma sintética, as operações financeiras realizadas no exercício, em confronto com as disponibilidades existentes no início e no final do ano fiscal. Compreendem-se nas operações financeiras a receita e a despesa orçamentárias, bem como as entradas e saídas que se processam, por sua natureza, à margem da Lei de Meios.

Além de constituir o documento fundamental para a apreciação e o julgamento da prestação de contas da gestão financeira governamental, esta peça contábil revela, ainda, as alterações que as operações dessa natureza determinaram na composição do Patrimônio Financeiro.

As operações financeiras demonstradas no documento em exame serão objeto de minuciosa análise, bem como o resultado financeiro do exercício.

2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O quadro a seguir evidencia, em dados globais, as linhas gerais da execução orçamentária e o conseqüente resultado financeiro.

DESPESA REALIZADA

Despesas Correntes	328.386.647.260	
Despesas de Capital	<u>104.063.448.556</u>	432.450.095.816

RECEITA REALIZADA

Receitas Correntes	381.662.252.233	
Receitas de Capital	<u>13.580.553.101</u>	<u>395.242.805.334</u>

RESULTADO FINANCEIRO

Deficit.....		<u>37.207.290.482</u>
--------------	--	-----------------------

Em relação ao montante da despesa realizada, o deficit apurado representa 8,60%. É oportuno referir que o resultado de 1965 também foi deficitário, equivalente a 20,45% do total dos gastos.

A receita realizada situou-se muito abaixo dos recursos financeiros de obtenção provável, computados para a apuração do resultado presumível, no capítulo anterior, como se demonstra:

Recursos do exercício...	484.641.154.806
Menos: Receita realizada	<u>395.242.805.334</u>
Menor receita	<u>89.398.349.472</u>

Por seu turno, a despesa realizada também foi inferior ao montante das respectivas autorizações, segundo se vê através dos elementos que se alinham:

Despesa fixada	546.777.745.893
Menos: Despesa realizada	<u>432.450.095.816</u>
Menor despesa	<u>114.327.650.077</u>

A receita realizada corresponde a 81,88% dos recursos financeiros do exercício e a despesa efetuada equivale a 79,09% do montante dos créditos votados.

Enquanto o primeiro desses fatos constituiu elemento negativo na formação do resultado do exercício, o último contribuiu no sentido inverso.

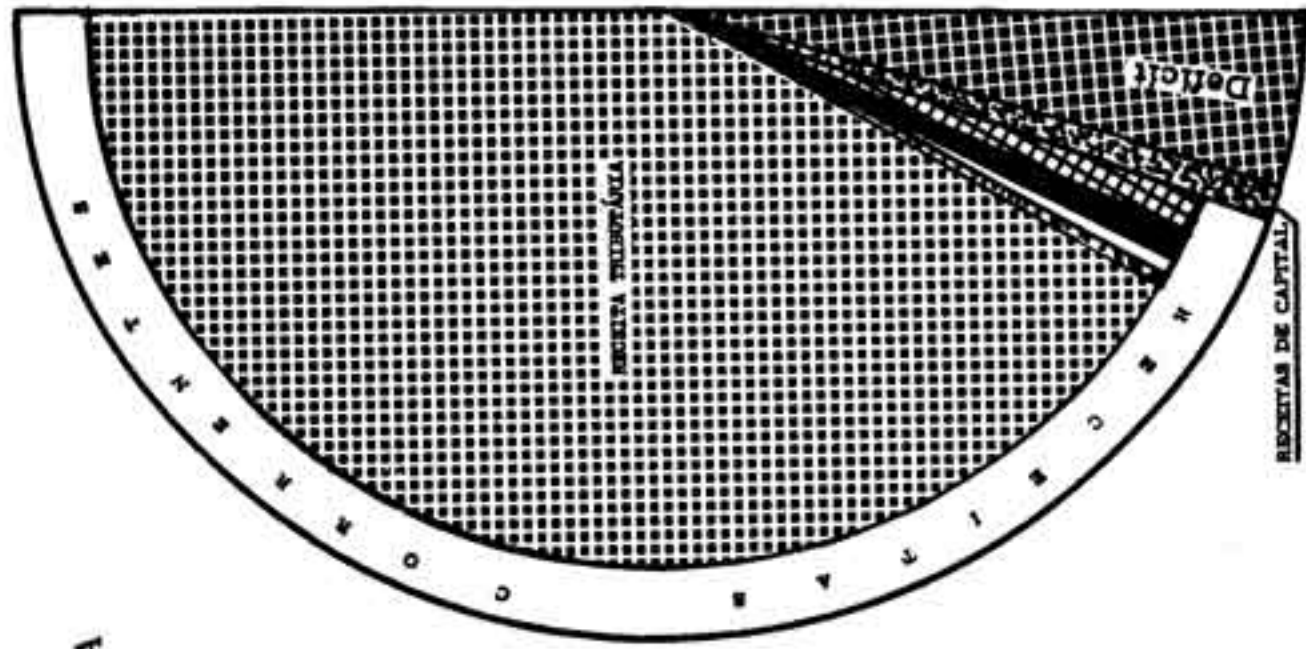
Conjugando-se a menor receita e a menor despesa com o deficit presumível, obtém-se o resultado do exercício, que é inferior àquele, em virtude de o valor dos créditos não utilizados ter sobrepujado o montante dos recursos não efetivados, como revelam os seguintes dados:

Deficit presumível do exercício.....		62.136.591.087
Menos: Menor despesa	114.327.650.077	
Mais: Menor receita	<u>89.398.349.472</u>	<u>24.929.300.605</u>
Deficit do exercício		<u>37.207.290.482</u>

O gráfico a seguir demonstra a receita classificada por categorias econômicas e fontes e a despesa, por categoria e subcategoria econômicas.

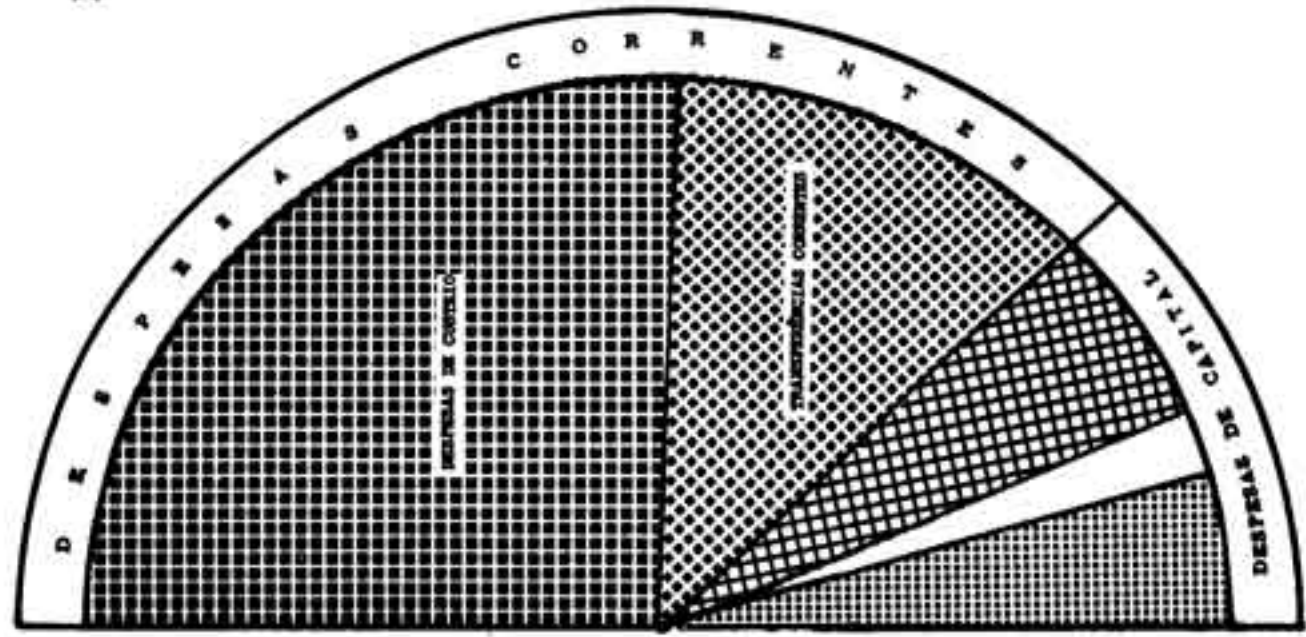
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

RECEITA REALIZADA



- Recicla Patrimonial — [white box]
- Receita Industrial — [white box]
- Transferências Correntes — [black box]
- Receitas Diversas — [grid pattern box]

DESPESA REALIZADA



- Investimentos — [grid pattern box]
- Reservas Financeiras — [white box]
- Transferências de Capital — [black box]

2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

Em 1966 as receitas orçamentárias montaram a Cr\$ 395.242.805.334, verificando-se um excesso de arrecadação sobre a previsão inicial, na quantia de Cr\$ 2.241.555.523. A arrecadação a maior corresponde a 0,56% da estimativa.

O crescimento da receita, em relação ao ano anterior, em que foram coletados Cr\$ 244.302.316.453, foi da ordem de 61,81%. O índice de incremento em 1965 foi de 49%.

As demonstrações que ilustram o Balanço Financeiro desdobram a receita realizada segundo as categorias econômicas, fontes e rubricas, comparada com as respectivas previsões, bem como por estação arrecadadora.

As linhas gerais da execução da receita são demonstradas através do seguinte quadro:

Receitas Correntes	Orçada	Arrecadada
I - Tributária		
Impostos.....	255.164.137.932	267.276.119.684
Taxas	<u>96.528.741.379</u>	<u>90.782.721.994</u>
	351.692.879.311	358.058.841.678
II - Patrimonial	239.330.000	945.948.306
III - Industrial	11.437.667.500	6.202.451.821
IV - Transferências Correntes	477.693.000	6.920.478.314
V - Receitas Diversas.....	<u>6.633.000.000</u>	<u>9.534.532.114</u>
	370.480.569.811	381.662.252.233
Receitas de Capital		
Operações de crédito.....	22.000.000.000	13.123.464.300
Diversas	<u>520.680.000</u>	<u>457.088.801</u>
	<u>393.001.249.811</u>	<u>395.242.805.334</u>

A seguir, a receita é apreciada, separadamente, por categoria econômica.

2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

As receitas orçamentárias que constituem os ingressos normais do Estado estão compreendidas na categoria econômica de receitas correntes.

Estas receitas, que constituem a parcela preponderante dos recursos do erário estadual, serão objeto de minuciosa análise.

IMPOSTOS

O produto obtido através da cobrança dos três impostos da competência do Estado ascendeu a Cr\$ 267.276.119.684, equivalentes a 67,62 % da receita global e a 74,65 % dos ingressos tributários.

A participação desta espécie tributária na composição da receita geral, no último lustro, é demonstrada através dos seguintes dados:

Ano	Receita geral	Receita de impostos	Percentagem da receita de impostos sobre a receita geral
1962	44.937.854.118	24.282.185.439	54 %
1963	79.404.246.144	42.516.374.878	53 %
1964	163.698.849.812	90.242.122.520	55 %
1965	244.302.316.453	143.026.019.015	58 %
1966	395.242.805.334	267.276.119.684	67 %

A arrecadação de cada imposto suplantou a respectiva previsão, conforme mostra o confronto que segue:

	Previsão	Arrecadação	Maior arrecadação
Vendas e consignações	249.204.137.932	254.307.980.986	5.103.843.054
Sêlo	4.100.000.000	9.606.428.400	5.506.428.400
Transmissão de propriedade "causa mortis"	1.860.000.000	3.361.710.298	1.501.710.298
	<u>255.164.137.932</u>	<u>267.276.119.684</u>	<u>12.111.981.752</u>

O imposto sobre vendas e consignações foi, como nos anos anteriores, a rubrica da receita que maior soma de recursos carregou para os cofres do Estado, produzindo a elevada quantia de Cr\$ 254.307.980.986. Esta arrecadação, que ultrapassou a respectiva previsão em Cr\$ 5.103.843.054, equivale a 95,14 % da receita de impostos e a 64,34 % da receita geral. Em relação ao ano anterior, constata-se um aumento de Cr\$ 117.340.617.916, correspondente a 85,67 %. Este apreciável incremento deve-se à majoração da alíquota, à elevação dos preços, decorrente do processo inflacionário, e à intensificação e ao aprimoramento da fiscalização. A alíquota, que era de 4 % desde 1960, passou em 1966 para 5%, nos termos da Lei nº 5.135, de 7 de dezembro de 1965.

A evolução deste tributo, no último quinquênio, assim se demonstra:

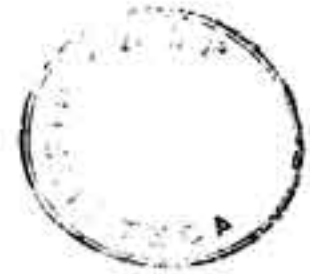
Ano	Arrecadação	Índice
1962	23.397.215.831	100
1963	41.410.129.292	176
1964	86.634.790.932	370
1965	136.967.363.070	585
1966	254.307.980.986	1.086

reg. 9.12.80

GABINETE DA SUPLA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO ESTADO



BALANÇO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE
1966

APRESENTADO A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
DOUTOR **NICANOR KRAEMER DA LUZ**, DIGNÍSSIMO
SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS
DA FAZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ES-
TADO DR. **AURÉLIO CAUDURO**

1967

EDITORA MERIDIONAL "EMMA"

Porto Alegre

A arrecadação propiciada pelo imposto do selo atingiu a quantia de Cr\$ 9.606.428.400, mais do dobro da previsão cifrada em Cr\$ 4.100.000.000 e quase o triplo da receita de 1965. Este excepcional aumento decorreu da revisão e atualização das diferentes incidências deste tributo, determinada pelo Decreto nº 17.727, de 29 de dezembro de 1965, nos termos das Leis nºs 4.645 e 5.132, de 14 de dezembro de 1963 e 7 de dezembro de 1965, respectivamente.

Os números absolutos e relativos alinhados a seguir revelam o comportamento deste imposto, nos últimos cinco anos.

Ano	Arrecadação	Índice
1962	591.611.599	100
1963	720.382.831	121
1964	2.081.007.130	351
1965	3.881.483.224	656
1966	9.606.428.400	1.623

O imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis" produziu a receita de Cr\$ 3.361.710.298, que excedeu a estimativa em Cr\$ 1.501.710.298 e a arrecadação do ano anterior em Cr\$ 1.184.537.577.

Tal como ocorreu em anos anteriores, através da Lei nº 5.211, de 5 de janeiro de 1966, foram dispensados do pagamento de indenização pela mora, inclusive a relativa à desvalorização da moeda e penalidades, os contribuintes que satisfizessem o pagamento do tributo dentro do prazo estabelecido naquele diploma. Esse fato contribuiu para o aumento dos ingressos.

No último lustro, a evolução deste imposto assim se demonstra:

Ano	Arrecadação	Índice
1962	293.358.008	100
1963	385.862.754	131
1964	1.526.324.457	520
1965	2.177.172.721	742
1966	3.361.710.298	1.145

É oportuno mencionar que os três impostos cobrados em 1966 foram extintos, em face da reforma tributária determinada pela União Federal.

TAXAS

O produto arrecadado através das 14 taxas que vigoraram em 1966 atingiu o montante de Cr\$ 90.782.721.994, que se situou abaixo da respectiva previsão na quantia de Cr\$ 5.746.019.385.

Esta receita representa 25,35 % dos ingressos de natureza tributária e 22,96 % da receita geral. Em relação ao ano anterior, verificou-se um aumento da ordem de Cr\$ 15.732.410.814, de sorte que o incremento foi de 20,96 %.

Dentre os tributos sob exame destacam-se, pelo volume dos recursos que proporcionaram e por suas peculiaridades, os que foram cobrados como adicionais de impostos. As taxas desta classe, cuja receita foi orçada em Cr\$ 76.549.241.379, produziram a arrecadação de Cr\$ 79.201.586.417, que superou a estimativa em Cr\$ 2.652.345.038.

Eis como se discriminam as taxas adicionais e quais as alíquotas e respectivas arrecadações:

Taxa de eletrificação	10,8 %	27.706.059.848
Taxa de comunicações	1,2 %	3.077.194.578
Taxa de transportes	14,5 %	39.105.743.592
Taxa de desenvolvimento agropecuário	2,5 %	6.749.962.042
Taxa de saneamento	1,0 %	2.562.626.357
	<u>30,0 %</u>	<u>79.201.586.417</u>

Como estas cinco taxas incidem à razão de 30 % sobre os impostos, sua arrecadação deveria corresponder à mesma percentagem da receita destes últimos. A falta dessa equivalência deve-se à cobrança, em 1966, de parcelas de impostos relativas a exercícios anteriores, quando vigoravam outras taxas adicionais com alíquotas diferentes.

A discrepância verificada atingiu a elevada quantia de..... Cr\$ 981.249.488, que assim se discrimina:

Taxa de eletrificação.....	-	1.159.761.078
Taxa de comunicações.....	-	130.118.858
Taxa de transportes.....	+	350.706.238
Taxa de desenvolvimento agropecuário	+	68.059.050
Taxa de saneamento.....	-	110.134.840
	-	<u>981.249.488</u>

Os restantes tributos desta espécie contribuíram com a receita de Cr\$ 11.581.135.577, para a previsão de Cr\$ 19.979.500.000, verificando-se uma arrecadação a menor da ordem de Cr\$ 8.398.364.423.

Os ingressos de cada uma das taxas deste grupo são, a seguir, comparados com as respectivas previsões:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxas e custas judiciárias	200.000.000	386.209.337	+ 186.209.337
Taxa do Corpo de Bombeiros.....	90.000.000	1.930.586.936	+ 1.840.586.936
Taxa de melhoria de proventos de servidores inativos	13.704.000.000	7.755.121.410	- 5.948.878.590
Taxa de aposentadoria dos serventuários da Justiça.	200.000.000	213.238.383	+ 13.238.383
Taxa de cooperação - ovinos.....	50.000.000	52.769.851	+ 2.769.851
Taxa de recuperação da lavoura do arroz	2.000.000	8.609.327	+ 6.609.327
Taxa de Cr\$ 0,01 por 10 kg de mercadoria exportada	3.000.000	3.207.070	+ 207.070

Taxa de desenvolvimento e econômico e social do Rio Grande do Sul	4.000.000.000	-	- 4.000.000.000
Taxa de investimentos da pecuária.....	<u>1.730.500.000</u>	<u>1.231.393.263</u>	- <u>499.106.737</u>
	<u>19.979.500.000</u>	<u>11.581.135.577</u>	- <u>8.398.364.423</u>

Dentre os tributos arrolados neste quadro, destacam-se a taxa de melhoria de proventos de servidores inativos e a de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. A primeira, por apresentar a arrecadação mais expressiva do grupo, embora bem abaixo da estimativa. A outra, por não apresentar nenhuma receita, em virtude de não ter sido cobrada, o que ocorre, aliás, desde sua criação.

Das demais, merece menção a taxa do Corpo de Bombeiros que produziu Cr\$ 1.930.586.936, para uma estimativa de Cr\$ 90.000.000.

As taxas que vigoraram em 1966 têm seu comportamento demonstrado através dos seguintes números absolutos e relativos:

Ano	Arrecadação	Índice
Taxas e custas judiciárias		
1962	40.141.986	100
1963	51.208.225	127
1964	91.453.361	227
1965	107.773.128	268
1966	386.209.337	962
Taxa do Corpo de Bombeiros		
1962	19.120.770	100
1963	34.182.963	178
1964	60.284.920	315
1965	135.499.143	708
1966	1.930.586.936	1.030
Taxa de melhoria de proventos de servidores inativos		
1962	278.092.330	100
1963	576.765.468	207
1964	1.179.803.244	424
1965	2.196.968.909	790
1966	7.755.121.410	2.788
Taxa de aposentadoria dos serventuários da Justiça		
1962	31.724.588	100
1963	49.228.867	155
1964	121.466.908	382
1965	175.909.345	554
1966	213.238.383	672
Taxa de cooperação - ovinos		
1965	36.052.072	100
1966	52.769.851	146

Taxa de recuperação da lavoura do arroz

1962	4.780.950	100
1963	100.591	2
1964	979.861	20
1965	16.078.074	336
1966	8.609.327	180

Taxa de Cr\$ 0,01 por 10 kg de mercadoria exportada

1962	2.029.582	100
1963	2.051.038	101
1964	2.070.096	102
1965	2.395.867	118
1966	3.207.070	158

Taxa de eletrificação

1966	27.706.059.848	100
------	----------------	-----

Taxa de transportes

1962	4.129.285.810	100
1963	7.228.802.371	175
1964	15.341.644.268	371
1965	24.313.302.086	588
1966	39.105.743.592	947

Taxa de comunicações

1966	3.077.194.578	100
------	---------------	-----

Taxa de desenvolvimento agropecuário

1962	484.463.671	100
1963	1.273.248.403	262
1964	2.708.766.057	558
1965	4.291.081.547	885
1966	6.749.962.042	1.393

Taxa de saneamento

1966	2.562.626.357	100
------	---------------	-----

Taxa de investimentos da pecuária

1964	362.351.598	100
1965	867.315.439	239
1966	1.231.393.263	339

Por último, é de mencionar-se que as taxas que incidiam sobre os impostos não mais vigorarão em 1967, em virtude de haverem sido extintas, em consequência da reforma tributária.

RECEITA PATRIMONIAL

As rendas patrimoniais atingiram a soma de Cr\$ 945.948.306, ou seja, quase o quádruplo da estimativa cifrada em Cr\$ 239.330.000.

As receitas desta fonte podem ser grupadas nos seguintes itens:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas imobiliárias.....	4.320.000	20.884.213	+ 16.564.213
Participações e dividendos....	180.000.000	889.203.351	+ 709.203.351
Outras receitas patrimoniais..	<u>55.010.000</u>	<u>35.860.742</u>	- 19.149.258
	<u>239.330.000</u>	<u>945.948.306</u>	<u>+ 706.618.306</u>

Dentre os ingressos imobiliários, figuram as rubricas aluguéis de imóveis com Cr\$ 375.625, exploração de terras e matos com Cr\$ 836.100 e foros e laudêmios com Cr\$ 19.672.488. A receita destas rubricas ultrapassou, tanto no conjunto como isoladamente, a respectiva previsão.

No segundo grupo, estão classificados os dividendos e as bonificações auferidos sobre as ações de propriedade do Estado, representativas do capital do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e do Banco Pôrto Alegrense S.A., nos quantitativos de Cr\$ 889.203.000 e Cr\$ 351, respectivamente.

Das demais emprêsas de cujo capital o Estado participa não foi recebido nenhum rendimento, em virtude de a maior parte das mesmas não ter efetuado distribuição de dividendos. Não foi o caso da Petrobrás, porém, que, em face de acôrdo firmado entre o Estado e essa entidade, procede à retenção dos rendimentos das ações pertencentes ao Estado, por ter sido estipulada a vinculação dos mesmos à execução de obras relacionadas com a Refinaria Alberto Pasqualini.

Assim mesmo, a estimativa orçamentária de Cr\$ 180.000.000 foi ultrapassada por larga margem.

Em outras receitas patrimoniais estão grupados os juros de títulos, com Cr\$ 2.281.554, juros de depósitos bancários, com Cr\$ 18.579.188, e juros de empréstimos concedidos, com Cr\$ 15.000.000. Destas rubricas, a que reúne os juros de depósitos bancários não atingiu a previsão, em virtude da nova regulamentação do pagamento dêstes rendimentos, baixada pelo Banco Central do Brasil.

RECEITA INDUSTRIAL

Os ingressos originários da atividade industrial de repartições da Administração Central totalizaram Cr\$ 6.202.451.821, quantia que se situou muito abaixo da previsão de Cr\$ 11.437.667.500.

Os órgãos que produziram estas rendas grupam-se em serviços públicos e estabelecimentos industriais. De acôrdo com esta classificação, a receita realizada é comparada com a estimativa, como segue:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas de serviços públicos.....	8.192.342.840	3.092.793.927	- 5.099.548.913
Receitas de estabelecimentos diversos.....	<u>3.245.324.660</u>	<u>3.109.657.894</u>	- 135.666.766
	<u>11.437.667.500</u>	<u>6.202.451.821</u>	<u>- 5.235.215.679</u>

Nas receitas compreendidas na primeira classe, predominam as produzidas pelos serviços de água e esgoto da Secretaria das Obras Públicas. Esta atividade, todavia, foi exercitada pela Administração Central até o término do primeiro quadrimestre, quando, com a criação da Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN, passou a ser executada por esta. Daí o motivo de a arrecadação ter sido bem inferior à previsão.

As receitas do Hospital Psiquiátrico São Pedro e dos Serviços de Recreação Pública excederam a previsão. Dêstes estabelecimentos o primeiro obteve a renda de Cr\$ 120.890.577, quantia bem superior à estimativa de..... Cr\$ 46.510.000. A receita dos Serviços de Recreação Pública ultrapassou a previsão em Cr\$ 12.965.075.

O Entreposto de Carga e Descarga de Pôrto Alegre produziu apenas Cr\$ 3.583, ou seja, pouco mais da metade da receita orçada.

Dentre os estabelecimentos incluídos no segundo grupo, somente o Departamento de Imprensa Oficial e a unidade de extração e beneficiamento de madeiras produziram rendas de Cr\$ 3.109.617.394 e Cr\$ 40.500, respectivamente. A receita do primeiro dêstes órgãos havia sido orçada em Cr\$ 2.396.662.000 e a do último, em Cr\$ 600.000.

As demais unidades que exercem atividade industrial não efetuaram nenhum recolhimento de receita. Êstes órgãos assim se discriminam, com a indicação das estimativas orçamentárias:

Oficinas da Penitenciária Industrial	10.000.000
Penitenciária Agrícola e Colônia Penal Agrícola	15.000.000
Produção de bens da Secretaria da Agricultura .	820.662.660
Produtos de olaria.....	1.700.000
Produtos da lavoura pecuária.....	700.000
	<u>848.062.660</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas compreendidas nesta fonte, que figuraram no orçamento com uma previsão de Cr\$ 477.693.000, atingiram a elevada quantia de Cr\$ 6.920.478.314. Êstes ingressos classificam-se nas três classes alinhadas a seguir, com a indicação das respectivas previsões:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Transferências da União.....	-	5.969.845.193	5.969.845.193
Transferências dos Municípios	22.600.000	49.822.243	27.222.243
Transferências diversas.....	<u>455.093.000</u>	<u>900.810.878</u>	<u>445.717.878</u>
	<u>477.693.000</u>	<u>6.920.478.314</u>	<u>6.442.785.314</u>

Através dos dados expostos, verifica-se que as transferências da União, embora não orçadas, atingiram quase 6 bilhões de cruzeiros. O produto dêstes ingressos provém de entrega, pela União, de quotas-partes de tributos previstos em lei, sendo Cr\$ 563.438.074 do impôsto sôbre minerais e Cr\$ 5.406.407.119 do impôsto sôbre energia elétrica.

A receita proveniente de transferências dos municípios resulta somente das contribuições destinadas ao atendimento do serviço da dívida externa, que, orçadas em Cr\$ 12.000.000, proporcionaram recursos da ordem de Cr\$ 49.822.243.

Além das contribuições para o serviço da dívida externa, figuraram no orçamento as destinadas aos serviços de estatística, de higiene e saúde pública e de prevenção de incêndio e combate ao fogo, num total de Cr\$ 10.600.000, à conta das quais não se verificou nenhum ingresso.

Como transferências diversas está classificada a contribuição do Departamento da Loteria do Estado, destinada a dar cobertura às despesas com a concessão de auxílios, prêmios e subvenções, nos termos da Lei nº 4.999, de 19 de julho de 1965.

RECEITAS DIVERSAS

Esta fonte de receita produziu ingressos na quantia de Cr\$ 9.534.532.114, ultrapassando em Cr\$ 2.901.532.114 a estimativa de Cr\$ 6.633.000.000.

O maior volume de arrecadação neste grupo verificou-se nas rubricas receitas de exercícios anteriores, com Cr\$ 3.639.164.287, e cobrança da dívida ativa, com Cr\$ 2.731.398.325, para as previsões de Cr\$ 200.000.000 e Cr\$ 1.530.000.000, respectivamente. A excepcional arrecadação da primeira rubrica mencionada encontra explicação no fato de ter sido classificada na mesma, nos termos da legislação em vigor, a arrecadação de tributos extintos, especialmente as taxas de educação e de eletrificação e comunicações.

Por sua vez, a cobrança da dívida ativa proporcionou apreciável parcela de recursos, em virtude da intensificação da cobrança dos débitos fiscais de contribuintes. Eis a evolução das receitas desta espécie nos últimos cinco anos:

Ano	Dívida ativa	Índice
1962	313.558.821	100
1963	499.767.253	159
1964	1.339.947.098	427
1965	1.606.417.382	512
1966	2.731.398.325	871

Merecem destaque, ainda, os ingressos obtidos sob o título de multas, os quais, orçados em Cr\$ 600.000.000, se elevaram a Cr\$ 1.635.870.942. O comportamento da receita de multas, no último quinquênio, pode ser divisado através dos seguintes números absolutos e relativos:

Ano	Multas	Índice
1962	127.619.238	100
1963	218.429.756	171
1964	483.422.155	378
1965	761.412.870	596
1966	1.635.870.942	1.281

Concorreram com Cr\$ 1.493.857.781 as receitas classificadas como indenizações e restituições. A maioria delas é de origem escritural e resulta do cancelamento de parcelas de componentes do passivo financeiro, inscritas em contrapartida da despesa orçamentária. Estas receitas ficaram bem abaixo da previsão de Cr\$ 4.298.000.000.

Completam o grupo as receitas eventuais, no valor de Cr\$ 13.259.480, para uma estimativa de Cr\$ 5.000.000, e os ingressos oriundos da comissão de fiscalização indireta, no valor de Cr\$ 4.396.665, para os quais não houve previsão.

2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Nesta categoria econômica, classificam-se as receitas resultantes da constituição de dívidas consolidadas, da conversão em espécie de bens e direitos e os auxílios destinados a atender despesas de capital.

Os ingressos compreendidos nesta categoria foram da ordem de .. Cr\$ 13.580.553.101, que correspondem a 3,43 % da receita geral. Em relação à previsão de Cr\$ 22.520.680.000, verificou-se uma arrecadação a menor de Cr\$ 8.940.126.899.

A quase totalidade das receitas de capital, ou seja, 96,63 %, foi obtida mediante a realização de operações de crédito, sob cujo título foram recebidos Cr\$ 13.123.464.300. Os ingressos deste gênero representam pouco mais da metade da estimativa de Cr\$ 22.000.000.000. O produto recebido assim se discrimina:

a) Em apólices

Empréstimo II Plano de Obras do Estado		
4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61 ...	2.540.635.000	
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62	1.969.388.000	
8ª série - Dec. 14.468, de 10/12/62 ..	2.000.000.000	
Empréstimo Consolidação de Dívidas Flu <u>tuantes</u>		
Dec. 15.630, de 25/9/63.....	181.839.000	
Empréstimo Lei 5.127/65		
Dec. 17.643, de 9/12/65.....	900.000.000	
Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul		
1ª série - Dec. 17.806, de 16/2/66 ...	2.635.548.700	
Empréstimo Plano Comunitário de Inves <u>timentos</u>		
1ª série - Dec. 17.989, de 8/8/66	<u>870.000.000</u>	11.097.410.700

b) Empréstimos contratados

Caixa Econômica Estadual do Rio Gran <u>de do Sul</u>		
Empréstimo Lei 4.931/65.....	26.060.000	
Govêrno da União		
Ajuste para Liquidação de Dívidas - ..		
12,5 bilhões de cruzeiros.....	<u>1.999.993.600</u>	<u>2.026.053.600</u>
		<u>13.123.464.300</u>

Dentre as receitas da categoria sob exame constam, ainda, as que resultam da alienação de bens móveis e imóveis, as quais figuram nas seguintes rubricas:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Produto da realização do ativo do Banco Pelotense.....	10.000.000	101.130.080	+ 91.130.080
Produto da venda de imóveis e resgate de terrenos reservados....	300.000.000	116.521.510	- 183.478.490
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos.....	<u>60.000.000</u>	<u>9.937.211</u>	- <u>50.062.789</u>
	<u>370.000.000</u>	<u>227.588.801</u>	- <u>142.411.199</u>

Como se vê, os ingressos provenientes da alienação de bens patrimoniais permaneceram, no conjunto, aquém da estimativa. Das três rubricas em que os mesmos se desdobram, somente uma superou a previsão.

Completam as receitas de capital o recebimento da amortização de empréstimos concedidos, na quantia de Cr\$ 25.000.000, equivalente à estimativa, e a transferência do Departamento da Loteria do Estado, no valor de Cr\$ 204.500.000, para a previsão de Cr\$ 125.680.000. Estes últimos recursos vinculam-se às despesas a serem realizadas nos termos do artigo 3º da Lei nº 4.631, de 9 de dezembro de 1963.

2.1.1.3 - ARRECADAÇÃO POR EXATORIAS

Através das 158 exatorias que funcionam desde 1964, foram coletadas, em 1966, receitas no montante de Cr\$ 353.618.690.122, equivalente a 89,46 % do total dos ingressos orçamentários.

Essas estações distribuem-se, segundo o volume da receita arrecadada, como segue:

	Número de exatorias	Arrecadação	%
de mais de 15 bilhões	2	132.082.556.538	33,42
de mais de 10 até 15 bilhões	2	25.077.992.582	6,34
de mais de 9 até 10 bilhões	1	9.654.593.839	2,44
de mais de 8 até 9 bilhões	1	8.456.416.331	2,14
de mais de 7 até 8 bilhões	1	7.384.822.839	1,86
de mais de 6 até 7 bilhões	2	12.450.283.888	3,15
de mais de 5 até 6 bilhões	2	11.202.461.265	2,83
de mais de 4 até 5 bilhões	5	21.567.179.113	5,46
de mais de 3 até 4 bilhões	5	16.979.991.636	4,30
de mais de 2 até 3 bilhões	9	22.876.177.280	5,79
de mais de 1 até 2 bilhões	32	45.066.099.177	11,40
de mais de 900 milhões até 1 bilhão	7	6.539.812.365	1,65
de mais de 800 até 900 milhões	5	4.342.018.239	1,10
de mais de 700 até 800 milhões	2	1.518.721.122	0,38
de mais de 600 até 700 milhões	8	5.185.419.618	1,31
de mais de 500 até 600 milhões	12	6.690.325.617	1,69
de mais de 400 até 500 milhões	13	5.755.650.783	1,46
de mais de 300 até 400 milhões	9	3.226.041.916	0,82
de mais de 200 até 300 milhões	18	4.532.897.762	1,15
de mais de 100 até 200 milhões	18	2.730.280.445	0,69
até 100 milhões	4	317.147.767	0,08
	<u>158</u>	<u>353.618.690.122</u>	<u>89,46</u>

O quadro exposto revela que, através das 11 primeiras exatorias, foi arrecadada mais da metade da receita geral do Estado. Eis a discriminação dessas unidades coletoras:

	Arrecadação	%
Pôrto Alegre	115.630.740.108	29,26
Pelotas	16.451.816.430	4,16
Caxias do Sul.....	14.099.478.468	3,57
Rio Grande.....	10.978.514.114	2,77
Nôvo Hamburgo.....	9.654.593.839	2,44
Canoas	8.456.416.331	2,14
Santana do Livramento	7.364.622.839	1,86
Bagé	6.396.572.967	1,62
Passo Fundo	6.053.710.921	1,53
Santa Maria.....	5.986.528.336	1,51
São Leopoldo	5.215.932.929	1,32
	<u>206.288.927.282</u>	<u>52,18</u>

A ordem de classificação dessas estações arrecadadoras difere em parte da do ano anterior. As exatorias de Caxias do Sul e Canoas, que ocupavam o quarto e sétimo lugar, passaram para a terceira e sexta posição, respectivamente, em detrimento das estações coletoras de Rio Grande e Santana do Livramento.

2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

No exercício de 1966 foram realizadas, à conta das autorizações legais, despesas que ascenderam a Cr\$ 432.450.095.816.

Estas despesas assim se desdobram, quanto à natureza das autorizações:

Créditos ordinários	417.954.487.975
Créditos especiais	<u>14.495.607.841</u>
	<u>432.450.095.816</u>

Em diversos demonstrativos que ilustram o Balanço Financeiro, a despesa é analisada sob os mais variados ângulos, ou seja: programa, órgão, categoria e subcategoria econômicas, elemento, rubrica, função e subfunção.

A especificação da despesa por rubrica, em cada programa, e por créditos especiais e extraordinários consta do volume II do Balanço Geral. Nesse desdobramento analítico, indica-se a dotação inicial, a dotação com as alterações decretadas, a despesa realizada e o saldo resultante.

A participação dos diferentes órgãos da Administração Superior na execução do plano geral de despesa assim se demonstra:

	Créditos ordinários	Créditos especiais
Assembleia Legislativa.....	4.576.968.419	531.447.222
Tribunal de Contas.....	1.196.746.285	-
Govêrno do Estado.....	6.620.837.658	249.235.999
Secretaria do Interior e Justiça.....	5.488.748.438	24.304.153
Secretaria da Fazenda.....	198.465.252.991	1.059.480.551
Secretaria das Obras Pùblicas.....	7.486.726.804	6.912.119.865
Secretaria da Agricultura.....	10.349.870.286	130.502.093
Secretaria de Educação e Cultura.....	115.255.728.871	220.562.873
Secretaria da Segurança Pùblica.....	36.561.214.702	351.171.211
Secretaria da Administração.....	1.966.597.554	14.568.713
Secretaria da Saùde.....	14.127.879.240	-
Secretaria da Economia.....	1.548.321.726	-
Secretaria dos Transportes.....	1.092.846.144	-
Secretaria do Trabalho e Habitação...	4.935.125.120	2.215.161
Secretaria de Energia e Comunicações	44.049.187	5.000.000.000
Justiça.....	8.237.574.550	-
	<u>417.954.487.975</u>	<u>14.495.607.841</u>

A classificação da despesa por categoria econômica é de suma importância para a apreciação do destino dado aos dinheiros pùblicos. Eis o seu desdobramento:

Despesas Correntes

Despesas de Custeio.....	218.611.386.243	
Transferências Correntes.....	<u>109.775.261.017</u>	328.386.647.260

Despesas de Capital

Investimentos.....	49.641.075.035	
Inversões Financeiras.....	14.164.009.648	
Transferências de Capital.....	<u>40.258.363.873</u>	<u>104.063.448.556</u>
		<u>432.450.095.816</u>

Não deixa de ter menor realce a classificação funcional dos gastos pùblicos. O exame da despesa sob êste prisma evidencia a orientação impressa pelo Govêrno às suas realizações.

A discriminação dos gastos por função e subfunção figura em vários anexos do Balanço Financeiro.

A despesa realizada segundo as funções assim se distribui:

		%
0 - Govêrno e Administração Geral.....	82.496.361.305	19,08
1 - Encargos Gerais.....	79.908.387.790	18,48
2 - Recursos Naturais e Agropecuários.....	13.014.852.138	3,01
3 - Energia.....	31.739.033.154	7,34
4 - Transportes e Comunicações.....	9.042.735.801	2,09
5 - Indústria e Comércio.....	8.759.099.821	2,02
6 - Educação e Cultura.....	108.402.391.900	25,07
7 - Saùde.....	13.589.799.046	3,14
8 - Trabalho, Previdênciã e Assistênciã Social	74.521.847.248	17,23
9 - Habitação e Serviços Urbanos.....	<u>10.975.587.613</u>	<u>2,54</u>
	<u>432.450.095.816</u>	<u>100,00</u>

Os dados expostos revelam que o setor que participou com a maior parcela foi o de Educação e Cultura, como vem acontecendo, aliás, há longo tempo.

As aplicações efetuadas neste setor representam mais de um quarto dos dispêndios globais. Estas despesas equivalem a mais do dobro do mínimo de 20 % da receita de impostos a ser aplicada no ensino, nos termos do artigo 192, inciso I, da Constituição do Estado.

Com despesas também de grande vulto comparecem os setores: Governo e Administração Geral, Encargos Gerais e Trabalho, Previdência e Assistência Social. A soma dos gastos nestas atividades equivale a mais da metade da despesa geral.

Nos dispêndios com Governo e Administração Geral, que representam 19,08 % da despesa total, estão compreendidos os realizados com o Poder Legislativo, Poder Judiciário e, no Poder Executivo, os gastos com a administração geral, a polícia e segurança, planejamento, pesquisa e assistência técnica, bem como outros gastos de menor monta.

No grupo Encargos Gerais reúnem-se as despesas com o serviço da dívida pública, consolidada e flutuante, e as transferências para autarquias e prefeituras municipais, na equivalência de 18,48 % dos gastos globais.

Em Trabalho, Previdência e Assistência Social, com 17,23 % da despesa realizada, figuram os gastos com inativos civis e militares, pensões, salário-família e previdência social.

Merecem destaque, ainda, as aplicações no setor da Energia, com 7,34 % da despesa geral.

As despesas com os demais setores oscilam de 2,02 % a 3,14 % do total dos dispêndios e, no conjunto, representam 12,80 % deste total.

A despesa classificada por função é representada graficamente no quadro da pág. 42.

No quadro a seguir, demonstra-se a evolução da despesa segundo as funções, a partir de 1964, ano em que foi adotada a nova classificação determinada pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

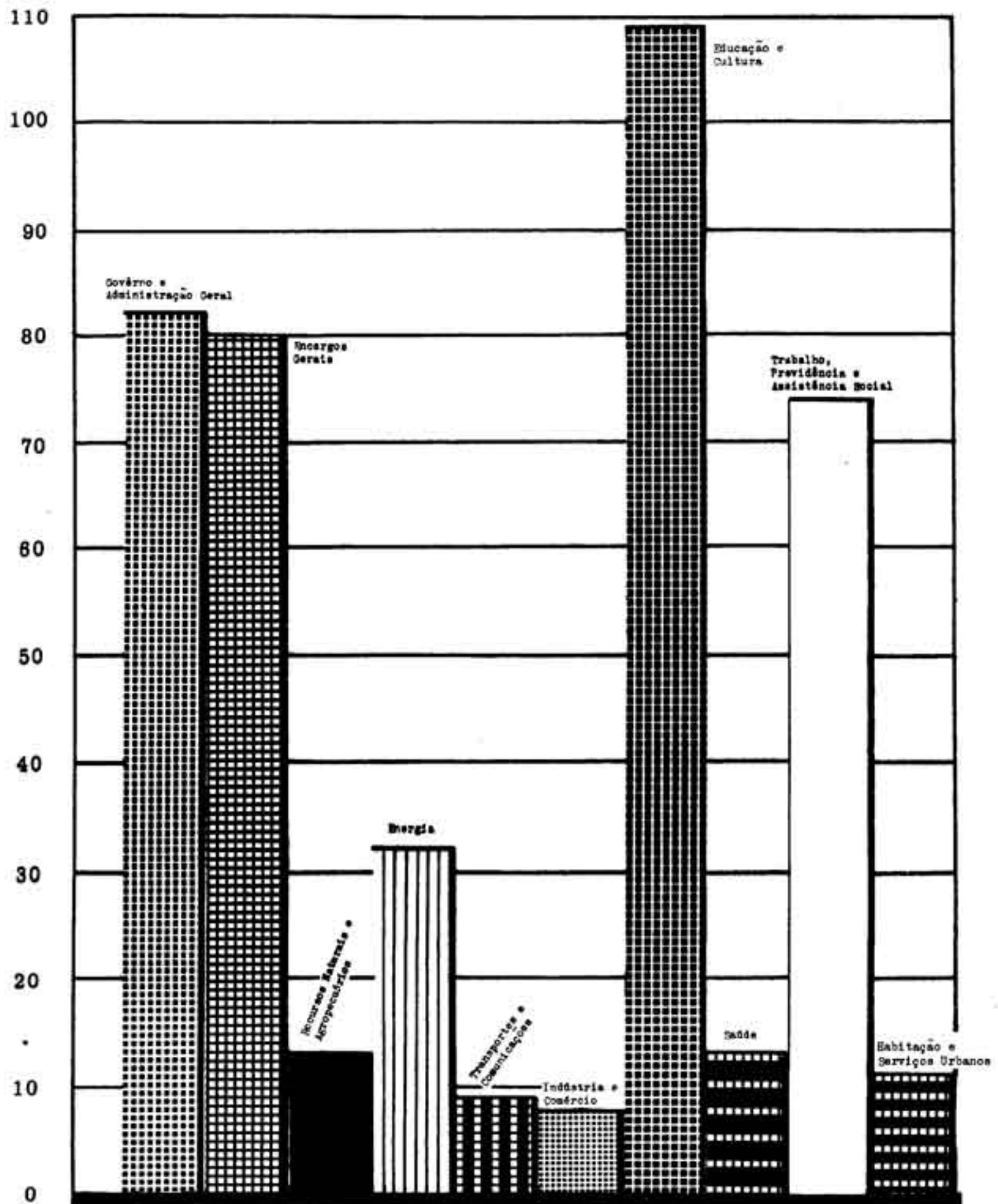
EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO

FUNÇÕES	Valores absolutos			Porcentagens		
	1964	1965	1966	1964	1965	1966
0 - Governo e Administração Geral	30.816.578.647	56.824.895.809	82.498.361.305	100	184	267
1 - Encargos Gerais	30.144.088.873	53.214.315.595	79.808.387.790	100	176	265
2 - Recursos Naturais e Agropecuários	6.278.206.357	9.354.168.204	13.014.852.138	100	148	207
3 - Energia	1.238.282.548	34.655.028.672	31.739.039.154	100	2.798	2.563
4 - Transportes e Comunicações ..	5.210.858.200	4.299.409.297	9.042.735.801	100	82	173
5 - Indústria e Comércio	2.667.980.140	4.669.604.000	8.759.099.821	100	175	328
6 - Educação e Cultura	44.708.119.025	86.035.984.156	108.402.391.900	100	192	242
7 - Saúde	6.611.395.059	9.512.815.655	13.589.799.046	100	143	205
8 - Trabalho, Previdência e Assistência Social.....	23.328.242.137	41.583.589.997	74.521.847.248	100	178	319
9 - Habitação e Serviços Urbanos..	5.048.479.828	6.964.941.656	10.975.587.613	100	137	217
	156.052.240.814	307.114.553.041	432.450.095.816	100	196	277

Em demonstração própria, anexa ao Balanço Financeiro, os gastos são desdobrados por elemento. A análise da despesa sob este ângulo, na presente exposição, é irrelevante, em virtude da excessiva discriminação.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

bilhões de Cr\$



CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

O volume II do Balanço é inteiramente dedicado ao confronto da despesa realizada com os créditos votados.

Esse confronto é altamente elucidativo para a fiscalização e o julgamento das contas governamentais, sob o prisma das limitações legais. Destina-se, ainda, a propiciar elementos informativos à Administração, para o exame dos resultados obtidos e a orientação das atividades futuras.

No que diz respeito ao limite dos créditos votados, cumpre destacar que a despesa realizada foi mantida rigorosamente dentro das respectivas dotações, tal como ocorreu nos dois anos anteriores.

Despesa por créditos ordinários - Os créditos inscritos no orçamento inicial somavam Cr\$ 431.973.684.274. Em consequência das alterações legalmente decretadas, aquele quantitativo foi elevado para Cr\$ 443.916.680.693.

A despesa imputada a essas autorizações somou Cr\$ 417.954.487.975, de sorte que resultaram economias da ordem de Cr\$ 25.962.192.718.

O valor dos créditos ordinários não utilizados foi o maior do último quinquênio e, em relação ao total da despesa fixada, só foi superado em 1964, como se demonstra:

	1962	1963	1964	1965	1966
Saldos verificados (em milhões de cruzeiros).....	1.741	2.374	20.921	9.457	25.962
Percentagens em relação à despesa fixada	5,6 %	3,9 %	12,9 %	3,0 %	5,8 %

As economias verificadas repartem-se, segundo os órgãos da administração superior, como segue:

Assembleia Legislativa	115.610.395
Tribunal de Contas	65.255.395
Governo do Estado.....	738.335.272
Secretaria do Interior e Justiça	1.848.804.822
Secretaria da Fazenda	6.127.516.506
Secretaria das Obras Públicas	2.058.070.442
Secretaria da Agricultura	881.242.914
Secretaria de Educação e Cultura	6.135.315.787
Secretaria da Segurança Pública	2.921.195.298
Secretaria da Administração.....	338.276.818
Secretaria da Saúde.....	2.562.651.760
Secretaria da Economia	803.031.938
Secretaria dos Transportes.....	146.119.856
Secretaria do Trabalho e Habitação....	515.214.880
Secretaria de Energia e Comunicações.	19.950.813
Justiça	685.599.822
	<u>25.962.192.718</u>

As rubricas cujas dotações apresentaram saldos mais apreciáveis são discriminadas a seguir, com a indicação dos respectivos códigos:

Secretaria da Fazenda

5.08	3.1.4.0	Encargos Diversos	
	3.1.4.2	Despesas diversas da Dívida Flutuante	2.086.195.841
	3.2.7.0	Juros da Dívida Pública	
	3.2.7.1	Fundada Interna	919.441.915

Secretaria das Obras Públicas

6.04	3.1.2.0	Material de Consumo	
	3.1.2.7	Materiais diversos.....	413.673.866

Secretaria de Educação e Cultura

8.02	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.10	Vencimentos	1.038.672.471
	3.1.1.1.2.9	Salários de contratados.....	1.538.783.255
	3.2.1.0	Subvenções Sociais	
	3.2.1.4	Instituições Municipais	411.465.877
8.03	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.10	Vencimentos	553.755.560
	3.1.1.1.2.6	Gratificações por regime especial de trabalho	530.563.912
	3.1.1.1.2.9	Salários de contratados.....	541.927.240

Secretaria da Segurança Pública

9.04	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.10	Vencimentos	686.695.441
9.05	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.10	Vencimentos	447.738.818

Secretaria da Saúde

11.03	3.1.2.0	Material de Consumo	
	3.1.2.4	Drogas e medicamentos	339.466.426
11.07	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.10	Vencimentos	306.767.064

Justiça

16.02	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.1.10	Vencimentos	305.271.916

Despesa por créditos especiais e extraordinários - À conta dos 123 créditos especiais e 2 extraordinários que vigoraram em 1966, no valor global de Cr\$ 102.861.065.200, foram realizadas despesas no montante de Cr\$ 14.495.607.841. A quantia de Cr\$ 88.365.457.359 não utilizada desdobra-se em duas parcelas, a saber:

Saldos transferidos para 1967.....	88.137.368.423
Saldos extintos por perda de vigência	<u>228.088.936</u>
	<u>88.365.457.359</u>

O valor dos adicionais que perderam a vigência representa economia. Importa assinalar que nessa economia se encontra a quantia de Cr\$ 70.000.000, valor dos dois créditos extraordinários abertos em 1966, à conta dos quais não foi realizada nenhuma despesa.

Os saldos transportados para 1967 compreendem Cr\$ 6.931.103.139 de empenhos já realizados, cuja liquidação pende do implemento de condições, e a parcela de Cr\$ 81.206.265.284 de autorizações disponíveis para a realização de despesas.

EVOLUÇÃO DA DESPESA

O demonstrativo a seguir põe em destaque a evolução da despesa geral segundo a natureza das autorizações, nos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CRÉDITOS

NATUREZA	Números absolutos, em milhares de cruzeiros					Números relativos				
	1962	1963	1964	1965	1966	1962	1963	1964	1965	1966
Créditos ordinários	29.424.318	58.832.871	140.540.654	302.738.221	417.954.488	100	199	477	1.028	1.420
Créditos especiais e extraordinários ...	17.868.482	31.827.917	15.511.566	4.376.332	14.495.607	100	178	88	24	81
Despesa geral.....	47.292.778	90.660.788	156.052.240	307.114.553	432.450.095	100	191	329	649	914

Os dados constantes do quadro revelam que os dispêndios totais quase duplicaram no período considerado.

Quanto aos gastos segundo a natureza dos créditos, verifica-se que os realizados à conta das autorizações especiais voltaram a aumentar em 1966. Deve-se êsse fato ao grande número e elevado valor dos créditos especiais abertos no último exercício, o que revela um retrocesso na sadia política, adotada em 1965, de reservar-se as autorizações especiais para as despesas não contempladas no orçamento.

2.1.3 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Sob o prisma da classificação econômica da receita e da despesa, o resultado financeiro do exercício é assim sintetizado:

	Receita	Despesa
Receitas e Despesas Correntes	381.866.752.233	328.386.647.260
Receitas e Despesas de Capital	13.376.053.101	104.063.448.556
Deficit financeiro	<u>37.207.290.482</u>	<u>-</u>
	<u>432.450.095.816</u>	<u>432.450.095.816</u>

A apuração analítica do resultado sob o ângulo em questão, todavia, é mais elucidativa.

Na demonstração que segue, determinam-se os resultados parciais dos orçamentos corrente e de capital.

a) Orçamento Corrente

Receitas Correntes

Receita Tributária	358.058.841.678	
Receita Patrimonial.....	945.948.306	
Receita Industrial.....	6.202.451.821	
Transferências Correntes	7.124.978.314	
Receitas Diversas	<u>9.534.532.114</u>	381.866.752.233

Despesas Correntes

Despesas de Custeio	218.611.386.243	
Transferências Correntes	<u>109.775.261.017</u>	<u>328.386.647.260</u>
Superavit do orçamento corrente.....		<u>53.480.104.973</u>

b) Orçamento de Capital

Despesas de Capital

Investimentos	49.641.075.035	
Inversões Financeiras.....	14.164.009.648	
Transferências de Capital	<u>40.258.363.873</u>	104.063.448.556

Receitas de Capital

Operações de Crédito	13.123.464.300	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .	227.588.801	
Amortização de Empréstimos Concedidos.....	<u>25.000.000</u>	<u>13.376.053.101</u>

Deficit do orçamento de capital		<u>90.687.395.455</u>
---------------------------------------	--	-----------------------

O resultado global é obtido mediante a conjugação destes resultados parciais, como se apresenta:

Deficit do orçamento de capital	90.687.395.455
Menos: Superavit do orçamento corrente	<u>53.480.104.973</u>
Deficit financeiro do exercício	<u>37.207.290.482</u>

O quadro que figura a seguir reproduz esta mesma apuração.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RECEITA	Cr\$	Cr\$	DESPESA	Cr\$	Cr\$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária.....	358.058.841.878		Despesas de Custeio.....	218.611.386.243	
Receita Patrimonial.....	945.948.308		Transferências Correntes	109.775.261.017	328.386.647.260
Receita Industrial.....	6.202.451.821		Superavit.....		53.480.104.973
Transferências Correntes	7.124.978.314				<u>381.866.752.233</u>
Receitas Diversas.....	9.534.532.114	381.866.752.233			
		<u>381.866.752.233</u>			
Superavit do orçamento corrente.....		53.480.104.973			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito....	13.123.464.300		Investimentos.....	49.841.075.035	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis.....	227.588.801		Inversões Financeiras...	14.164.009.848	
Amortização de Empréstimos Concedidos.....	25.000.000	13.376.053.101	Transferências de Capital	40.258.363.873	104.063.448.556
Deficit.....		37.207.290.482			
		<u>104.063.448.556</u>			<u>104.063.448.556</u>

2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

No primeiro capítulo da presente exposição, no qual foi detalhadamente analisado o plano financeiro global para 1966, compreendendo a despesa fixada e os recursos legalmente vinculados, determinou-se o resultado presumível do exercício, na quantia de Cr\$ 62.136.591.087. Recorda-se que o deficit inscrito no orçamento era de Cr\$ 38.972.434.463. O aumento verificado decorre, basicamente, de três fatores, a saber: previsão orçamentária de operações de crédito sem possibilidade de realização; autorizações de despesa com cobertura em recursos realizados em exercícios anteriores; e abertura de créditos extraordinários sem indicação de suporte financeiro.

O resultado apurado, embora deficitário, permaneceu aquém tanto do deficit presumível quanto do inscrito no orçamento, cifrando-se em..... Cr\$ 37.207.290.482.

Para a recuperação do deficit, influíram diversos fatores, sendo que os mais ponderáveis se constituíram na rigorosa contenção de gastos e no incremento da arrecadação, através de fiscalização intensa e eficaz.

O deficit financeiro, objeto de apuração anterior, é demonstrado, de forma singela, mediante o confronto da despesa e da receita realizadas, como segue:

Despesa realizada	432.450.095.816
Receita realizada.	<u>395.242.805.334</u>
Deficit financeiro.	<u>37.207.290.482</u>

A origem deste resultado pode ser demonstrada mediante a decomposição das operações realizadas, segundo as vinculações legais e técnicas.

Para tanto, a receita será desdobrada por classe de recursos e a despesa, segundo a espécie de cobertura financeira. Assinala-se que, dos recursos integrantes dos Fundos Especiais, serão computados somente os que, no capítulo final, figuram como elementos potenciais. Segue-se a demonstração:

RECEITA REALIZADA

I - Fundo Geral.....		303.120.213.662
II - Fundos Especiais		
Taxa de eletrificação	27.706.059.848	
Taxa de transportes	39.105.743.592	
Taxa de comunicações	3.077.194.578	
Taxa de saneamento	2.562.626.357	
Contribuição do Departamento da Loteria do Estado	900.810.878	
Cancelamento de empenhos a liquidar, procedidos à conta de créditos especiais com cobertura em contribuição do Departamento da Loteria do Estado	35.785.000	
Auxílio do Departamento da Loteria do Estado	204.500.000	
Quota-parte do imposto sobre energia elétrica.....	<u>5.406.407.119</u>	78.999.127.372
III - Operações de crédito		
Operações de crédito realizadas, conforme discriminação da pág. 37 da presente exposição.....		<u>13.123.464.300</u>
		<u>395.242.805.334</u>

DESPESA REALIZADA

I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral		
a) da competência do exercício de 1966		
à conta de créditos ordinários ...	342.985.331.919	
à conta de créditos especiais	<u>3.913.200.056</u>	346.898.531.975
b) da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos especiais		1.075.274.817
II - Com cobertura em recursos dos Fundos Especiais		
a) da competência do exercício de 1966		
à conta de créditos ordinários		71.936.297.563
b) da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos ordinários ...	291.571.746	
à conta de créditos especiais	<u>39.969.252</u>	331.540.998
III - Com cobertura em operações de crédito		
à conta de créditos ordinários	2.741.286.747	
à conta de créditos especiais	<u>9.467.163.716</u>	<u>12.208.450.463</u>
		<u>432.450.095.816</u>

Mediante o cotejo de cada classe de recursos com a despesa realizada à conta de cada uma das mesmas, obter-se-ão os correspondentes resultados parciais. Convém esclarecer que, na apuração do resultado da gestão dos recursos do Fundo Geral, serão considerados somente os da competência do exercício de 1966. Este cotejo assim se apresenta:

I - Resultado da gestão do Fundo Geral da competência do exercício de 1966		
Despesa realizada		346.898.531.975
Recursos obtidos		<u>303.120.213.662</u>
Deficit de recursos do Fundo Geral.....		<u>43.778.318.313</u>
II - Resultado da gestão dos Fundos Especiais		
Recursos obtidos		78.999.127.372
Despesa realizada		
Com cobertura em recursos do exercício de 1966	71.936.297.563	
Com cobertura em recursos de exercícios anteriores	<u>331.540.998</u>	<u>72.267.838.561</u>
Superavit de recursos dos Fundos Especiais.....		<u>6.731.288.811</u>
III - Resultado da gestão dos recursos de operações de crédito		
Recursos obtidos		13.123.464.300
Despesa realizada		<u>12.208.450.463</u>
Superavit de recursos de operações de crédito.....		<u>915.013.837</u>

Através da conjugação destes resultados parciais e da despesa realizada com cobertura em recursos do Fundo Geral de exercícios anteriores, que constitui elemento negativo na formação do resultado, recompõe-se o deficit financeiro apurado. Estes elementos evidenciam a origem do deficit financeiro do exercício, como se vê:

Deficit da gestão dos recursos do Fundo Geral.....	43.778.318.313	
Despesas realizadas com cobertura em recursos do Fundo Geral de exercícios anteriores.....	<u>1.075.274.817</u>	44.853.593.130
Menos		
Superavit da gestão dos recursos dos Fundos Especiais	6.731.288.811	
Superavit da gestão dos recursos de operações de crédito.....	<u>915.013.837</u>	<u>7.646.302.648</u>
Deficit financeiro do exercício.....		<u>37.207.290.482</u>

ÍNDICE

EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESTADO

APRESENTAÇÃO	11
DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS.....	13-23
Despesas Autorizadas	13-17
Créditos Ordinários	14
Créditos Especiais	15
Créditos Extraordinários.....	17
Recursos Financeiros	17-22
Fundo Geral	17
Fundos Especiais.....	19
Operações de Crédito	20
Resultado Presumível do Exercício	22
BALANÇO FINANCEIRO.....	25-58
Execução do Orçamento	25-49
Análise da Receita.....	28-39
Receitas Correntes.....	28-37
Impostos.....	29
Taxas	30
Receita Patrimonial.....	33
Receita Industrial.....	34
Transferências Correntes	35
Receitas Diversas	36
Receitas de Capital.....	37
Arrecadação por Exatorias.....	38
Análise da Despesa	39-45
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada	43
Evolução da Despesa	45
X Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas	45
/ Análise do Resultado Financeiro do Exercício	47
Operações Extra-Orçamentárias	50-57
Receita Extra-Orçamentária.....	51
Despesa Extra-Orçamentária	54
Reflexos da Gestão Financeira sobre o Patrimônio	57
BALANÇO PATRIMONIAL	59-79
Ativo do Estado.....	61-65
Ativo Financeiro	61
Ativo Permanente	63
Dívidas do Estado.....	65-79
Dívida Fundada Externa	67
Dívida Fundada Interna.....	69
Dívida Flutuante.....	75
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	81
APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/66	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103

2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Nesta classe de operações compreendem-se as entradas e saídas financeiras que, por sua natureza, independem de autorização orçamentária. No Balanço Financeiro, figuram sob os seguintes títulos:

RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada)	72.315.377.355
Serviço da Dívida a Pagar	2.202.077.447
Depósitos	28.258.439.036
Outras operações	<u>34.531.814.971</u>
	<u>137.307.708.809</u>

DESPESA

Restos a Pagar	43.495.725.480
Serviço da Dívida a Pagar.....	602.820.992
Depósitos	20.481.984.217
Outras operações	<u>30.994.394.953</u>
	<u>95.574.925.642</u>

Para melhor clareza e compreensão, estas operações são classificadas de acordo com a espécie de fatos de que derivam e o reflexo que determinam na composição do patrimônio financeiro. Segundo este critério, as operações extra-orçamentárias assim se desdobram:

RECEITA

Recebimento de Créditos.....	1.737.635.076
Formação de Dívidas	<u>135.570.073.733</u>
	<u>137.307.708.809</u>

DESPESA

Formação de Créditos	6.375.785.215
Pagamento de Dívidas	<u>89.199.140.427</u>
	<u>95.574.925.642</u>

2.2.1 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Recebimento de Créditos - As entradas resultantes da realização dos créditos inscritos no ativo financeiro assim se discriminam:

Prefeituras

Contribuições devidas ao Estado, referentes a exercícios anteriores.....	3.363.209
Cobrança de créditos de outras origens.....	<u>10.980.170</u>
	<u>14.343.379</u>

Diversos Responsáveis

Recolhimento de glosas no exercício.....	<u>60.635.643</u>
--	-------------------

Devedores Diversos

Devedores do Departamento de Imprensa Oficial.....	223.594.433
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/ Carteira de Crédito Agrícola.....	763.313.200
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Antecipação da Taxa de Eletrificação e Comunicações.....	554.424.705
Departamento da Loteria do Estado.....	21.301.494
Banco do Brasil S.A., c/ Caixa de Amortização.....	47.508.336
Corpo da Guarda de Trânsito.....	17.488.675
Outras contas.....	<u>35.025.211</u>
	<u>1.662.656.054</u>

Formação de Dívidas - Sob este título são computados a contrapartida de despesa empenhada e não paga, o recebimento de depósitos, os ingressos obtidos mediante o lançamento de letras do Tesouro e a realização de empréstimos por antecipação da receita. Estas operações assim se desdobram:

Restos a Pagar de 1966

Despesa processada		
Contas a Pagar.....	7.376.676.331	
Vencimentos a Pagar.....	38.576.104.915	
Fôlhas a Pagar.....	<u>6.645.173.631</u>	52.597.954.877
Despesa não processada		
Empenhos a Liquidar.....		<u>19.717.422.478</u>
		<u>72.315.377.355</u>

Serviço da Dívida a Pagar

Serviço da Dívida Fundada Interna.....	1.608.703.551
Serviço da Dívida Fundada Externa.....	593.298.896
Serviço de Juros da Dívida Flutuante.....	<u>75.000</u>
	<u>2.202.077.447</u>

Depósitos Recebidos

Depósitos de Consignatários

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	7.537.031.871	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Consignações.....	4.302.808.564	
Governo da União, c/Imposto de Renda	2.664.300.736	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul	609.974.503	
Companhia de Previdência do Sul, c/ Prêmios de Seguro	522.698.602	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda.	469.167.323	
Divisão da Guarda Civil	516.322.794	
Companhia Seguradora Brasileira, c/ Prêmios de Seguro	143.156.596	
Corpo da Guarda de Trânsito.....	198.812.451	
Sociedade Financeira dos Servidores ...	136.927.303	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos	443.222.203	
Associação dos Fiscais do Imposto sobre Vendas e Consignações	63.666.641	
Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul	53.118.381	
União dos Funcionários da Fazenda Estadual	60.245.256	
Outras contas	<u>362.372.233</u>	18.083.825.457
Cauções.....		56.397.010
Retenções		126.732.546
Depósitos Públicos e Judiciais.....		4.688.404.894

Depósitos de Autarquias

Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/ Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura	2.291.417.953
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/ Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura em Dívida Ativa	33.268.236
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns	4.221.833
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de Estações e Agências Rodoviárias .	39.698.471
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária	1.051.835.172
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária em Dívida Ativa	17.445.305
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação-Bovinos	461.267.249
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação-Bovinos em Dívida Ativa	1.630.545

Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Fundo de Cooperação da Classe Ru- ral em Dívida Ativa.....	6.022.145	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	<u>175.057.721</u>	4.081.864.630
Depósitos Diversos		
Hospital Psiquiátrico São Pedro.....	85.817.514	
Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa.....	508.766.318	
Depósitos, c/Tributos Diversos.....	242.919.152	
Pensões Alimentícias.....	187.069.911	
Receita a Restituir - 1966.....	42.284.088	
Vencimentos não Reclamados.....	68.332.406	
Outras contas.....	<u>86.025.110</u>	<u>1.221.214.499</u>
		<u>28.258.439.036</u>
Outras Operações		
Contribuições para Autarquias		
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Contribuição.....	310.836	
Comissão Estadual de Silos e Arma- zéns, c/Taxa de Transportes.....	311.077.186	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição.....	1.659.000.000	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes.	1.518.783.487	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição.....	455.000.000	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Taxa de Transportes ...	270.726.309	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Contribuição Fixa.....	3.372.000.000	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Lei 4171/61...	603.021.955	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuição.....	<u>99.300.000</u>	8.289.219.773
Prefeituras, c/Contribuições do Estado.....		805.531
Cheques a Pagar, c/José Teixeira Veloso da Silveira....		622.396.364
Letras do Tesouro.....		14.778.336.250
Departamento Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material.....	52.402.063	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Ma- terial.....	<u>225.393.581</u>	277.795.644
Credores Diversos		
Aços Finos Piratini S.A.....	1.285.200.000	
Companhia Estadual de Energia Elétri- ca, c/Integralização de Capital....	3.554.655.519	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Taxa de Investimen- tos da Pecuária.....	526.312.905	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita....	3.253.803.350	
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita .	200.191.596	
Outras contas.....	<u>5.462.963</u>	<u>8.825.626.333</u>
		<u>32.794.179.895</u>

2.2.2 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Formação de Créditos - No exercício de 1966, foram inscritos no ativo financeiro, em consequência de saídas financeiras e em contrapartida de receita, os seguintes créditos:

Prefeituras, c/Devedoras

Créditos formados no exercício, resultantes de diversas operações	<u>2.051.137.899</u>
---	----------------------

Diversos Responsáveis

Glosas aplicadas	<u>78.048.538</u>
------------------------	-------------------

Devedores Diversos

Serviços faturados pelo Departamento de Imprensa Oficial .	2.390.817.985
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Carteira de Crédito Agrícola	711.362.400
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Antecipação da Taxa de Comunicações	912.210.121
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda. ...	35.062.463
Outras contas	<u>30.616.261</u>
	<u>4.080.069.230</u>

Suprimentos Autorizados

Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes.....	157.360.544
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite	<u>9.169.004</u>
	<u>166.529.548</u>

Pagamento de Dívidas - Englobam-se neste grupo de operações o pagamento de resíduos passivos, a restituição de depósitos e o resgate de letras do Tesouro e de empréstimos por antecipação da receita. Eis como se especificam:

Restos a Pagar

de 1961.....	548.344.991
de 1962.....	15.416.241
de 1963.....	54.106.974
de 1964.....	456.817.187
de 1965.....	<u>42.421.040.087</u>
	<u>43.495.725.480</u>

Serviço da Dívida a Pagar

Serviço da Dívida Fundada Interna.....	<u>602.820.992</u>
--	--------------------

Depósitos Restituídos

Depósitos de Consignatários

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.....	5.723.027.941	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Consignações.....	4.214.170.449	
Governo da União, c/Imposto de Renda.	1.882.730.060	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul.....	588.003.310	
Companhia de Previdência do Sul, c/Prêmios de Seguro.....	541.128.203	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda.	471.333.456	
Divisão da Guarda Civil.....	511.018.877	
Companhia Seguradora Brasileira, c/ Prêmios de Seguro.....	137.039.483	
Corpo da Guarda de Trânsito.....	198.246.653	
Sociedade Financeira dos Servidores....	138.922.804	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.....	592.205.654	
Associação dos Fiscais do Imposto sobre Vendas e Consignações.....	59.322.616	
Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul.....	46.980.107	
União dos Funcionários da Fazenda Estadual.....	53.321.069	
Outras contas.....	<u>153.721.092</u>	15.311.171.774
Cauções.....		30.037.318
Retenções.....		8.332.540
Depósitos Públicos e Judiciais.....		5.150.260

Depósitos de Autarquias

Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura.....	2.370.114.736	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura em Dívida Ativa.....	33.268.236	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns.....	196.544	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de Estações e Agências Rodoviárias.....	7.613.433	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária.....	935.043.744	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária em Dívida Ativa.....	2.780.573	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação-Bovinos.....	461.267.249	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação-Bovinos em Dívida Ativa.....	1.630.545	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Fundo de Cooperação da Classe Rural em Dívida Ativa.....	6.022.145	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes.	<u>175.057.721</u>	3.992.994.926

Depósitos Diversos

Hospital Psiquiátrico São Pedro	85.871.025	
Comissão Sôbre Cobrança da Dívida Ativa	496.609.691	
Depósitos, c/Tributos Diversos	113.413.309	
Pensões Alimentícias.....	174.876.252	
Receita a Restituir - 1966.....	34.002.313	
Vencimentos não Reclamados.....	60.158.564	
Outras contas.....	<u>169.366.245</u>	<u>1.134.297.399</u>
		<u>20.481.984.217</u>

Outras Operações

Contribuições para Autarquias

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Contribuição.....	642.211.000	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Transportes	338.080.430	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes	1.626.796.444	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Emissão de Apólices	400.000.000	
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, c/Emissão de Apólices...	210.074.000	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Taxa de Transportes.....	306.730.629	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Emissão de Apólices.....	250.000.000	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Contribuição Fixa.....	1.325.000.000	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Lei 4171/61	501.000.719	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Abono Familiar - Lei 2605/55	5.500.000	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Contribuição para Amparo Mútuo	550.000	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuição	<u>240.487.289</u>	5.846.430.511
Prefeituras, c/Contribuições do Estado.....		269.220.946
Prefeituras, c/Impôsto Territorial.....		10.969.981
Prefeituras, c/Impôsto Indústrias e Profissões.....		233.664
Cheques a Pagar, c/José Teixeira Veloso da Silveira		284.576.695
Letras do Tesouro.....		5.662.206.650
Departamento Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material	80.429.546	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material.....	<u>16.060.883</u>	96.490.429
Credores Diversos		
Aços Finos Piratini S.A.	60.000.000	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Integralização de Capital	3.608.995.699	

Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Emissão de Apólices	703.214.000	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Taxa de Investimentos da Pecuária	167.364.336	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita	5.093.691.502	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Liquidação do Ativo do Banco Pelotense	12.116.697	
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita	501.165.112	
Banco Industrial e Comercial do Sul S.A., c/Antecipação da Receita	100.032.877	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Antecipação da Receita	2.199.883.333	
Outras contas	<u>2.017.306</u>	<u>12.448.480.862</u>
		<u>24.618.609.738</u>

2.3.0 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O PATRIMÔNIO

Os componentes do patrimônio financeiro são passíveis de alterações em consequência da gestão financeira, que compreende a execução orçamentária e as operações que se processam à margem do orçamento, objeto de análise anterior.

A conjugação dos grupos em que se classificam os valores integrantes do patrimônio financeiro com as diferentes espécies de operações extra-orçamentárias revela o montante e o sentido das variações.

As oscilações verificadas em cada um dos grupos em questão assim se demonstram:

1) Nas disponibilidades

Situação final	16.893.505.330
Situação inicial.....	<u>12.368.012.645</u>
Aumento de disponibilidades	<u>4.525.492.685</u>

2) No ativo realizável

Formação de créditos.....	6.375.785.215
Recebimento de créditos ...	<u>1.737.635.076</u>
Aumento de créditos	<u>4.638.150.139</u>

3) Na dívida flutuante

Formação de dívidas.....	135.570.073.733	
Pagamento de dívidas.....	<u>89.199.140.427</u>	
Aumento de dívidas.....		<u>46.370.933.306</u>

A soma algébrica das variações expostas equivale, obviamente, ao resultado financeiro, como se apresenta:

Variações passivas

Aumento de dívidas	46.370.933.306
--------------------------	----------------

Menos

Variações ativas

Aumento de créditos	4.638.150.139	
Aumento de disponibilidades	<u>4.525.492.685</u>	<u>9.163.642.824</u>
Deficit financeiro do exercício		<u>37.207.290.482</u>

As alterações que também podem influenciar os valores do patrimônio financeiro e têm sua origem em fatos alheios à gestão financeira, caracterizadas como superveniências e insubsistências ativas e passivas, são expostas no capítulo em que se analisam as variações patrimoniais.

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

Através do Balanço Patrimonial evidencia-se não só a composição qualitativa e quantitativa do patrimônio do Estado, como também a sua situação líquida, ao término do exercício de 1966.

Segundo estabelece o artigo 105 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o elenco das contas que integram o Balanço Patrimonial compreende, tanto no ativo como no passivo, três grandes grupos: o financeiro, o permanente e o de compensação.

O primeiro deles reúne, como componentes ativos, as disponibilidades, os créditos e valores realizáveis e, como componentes passivos, a contra partida da despesa empenhada pendente de pagamento, os débitos de tesouraria e os depósitos de terceiros.

No grupo permanente englobam-se, como componentes ativos, os bens de uso especial, os de renda, os valores inalienáveis e os créditos de lenta realização, caracterizando-se como componentes passivos a dívida fundada interna e a externa.

Por seu turno, no grupo de compensação situam-se os valores, as obrigações e as situações não compreendidas nos grupos anteriores e que, direta ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

As contas do primeiro grupo, o financeiro, bem como a respectiva situação líquida, assim se apresentam:

Passivo

Restos a Pagar.....	82.016.498.725	
Serviço da Dívida a Pagar	6.777.016.295	
Depósitos.....	12.312.187.698	
Débitos de Tesouraria ...	16.616.632.746	
Diversos	<u>20.239.382.651</u>	137.961.718.115

VOLUME I

BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESTADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	107
BALANÇO FINANCEIRO	108-109
Modêlo Padrão	108
Análise do Modêlo Padrão	109
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	110-138
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	110
Receita	111-115
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	111
Demonstração da Receita por Estação Arrecadadora	113
Despesa	116-138
Demonstração da Despesa pelas Funções segundo as Categorias Econômicas	116
Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as Funções	119
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Categorias Econômicas	121
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Funções	126
Demonstração da Despesa por Rubricas	131
Créditos Especiais e Extraordinários segundo os respectivos Recursos Financeiros	135
BALANÇO PATRIMONIAL	139
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	141-143
Modêlo Padrão	141
Análise do Modêlo Padrão	142
ANÁLISE DO ATIVO	144-156
Financeiro	144-148
Caixa Geral	144
Bancos	144
Exatores	146
Remessas de Exatores	146
Suprimentos a Exatores	148
Realizável	149-154
Devedores Diversos	149
Suprimentos Autorizados	150
Prefeituras, c/Devedoras	150
Valôres do Estado	151
Diversos Responsáveis	151
Permanente	155-156
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927	155
Prefeituras, c/Empréstimo Interno Conversão da Dívida Externa	155
Devedores por Empréstimos	155
Valôres Inalienáveis	156
Almoxarifados	156
ANÁLISE DO PASSIVO	157-170
Financeiro	157-167
Dívida Flutuante	157
Depósitos de Consignatários	161
Depósitos de Responsáveis	161
Retenções	162
Cauções	164
Depósitos de Autarquias	167
Prefeituras, c/Contribuições do Estado	167
Contribuições para Autarquias	167
Permanente	168-170
Dívida Fundada Interna	168
Dívida Fundada Externa	170
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	171-175
Exatores, c/Selos	171
Contratos Afiançados	173
Caixa de Títulos e Valôres do Estado	173
Créditos Especiais Transferidos para 1967	174

Ativo		
Disponível	16.893.505.330	
Realizável	<u>10.071.797.336</u>	<u>26.965.302.666</u>
Passivo financeiro descoberto		<u>110.996.415.449</u>

Ao término do exercício de 1965, a situação líquida negativa do patrimônio financeiro, da ordem de Cr\$ 73.792.424.823, foi profundamente agravada, como se observa, pela incidência do resultado deficitário da execução orçamentária do exercício em exame, aliado às variações de natureza extra-orçamentária. Tal fato pode ser evidenciado como segue:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/65		73.792.424.823
Mais		
Deficit financeiro do exercício	37.207.290.482	
Superveniências passivas	750	
Insubsistências passivas	<u>55.022.380</u>	<u>37.262.313.612</u>
		111.054.738.435
Menos		
Superveniências ativas	58.311.300	
Insubsistências ativas	<u>11.686</u>	<u>58.322.986</u>
		<u>110.996.415.449</u>

Por sua vez, o patrimônio permanente, cuja situação líquida é positiva, tem a seguinte composição:

Ativo		
Bens Móveis	9.907.300.333	
Bens Imóveis	20.421.151.628	
Bens de Natureza Industrial	1.489.852.935	
Dívida Ativa	10.198.441.052	
Valores Inalienáveis	201.156.898.700	
BERGS, c/ Carteira de Crédito Agrícola .	853.790.840	
BERGS, c/Fundo de Financiamento à Indústria Hoteleira.....	10.000.000	
BRDE, c/Fundo de Cooperação Financeira	7.789.772.483	
BRDE, c/Fundo de Investimentos da Pecuária	2.670.300.000	
Valores Ativos em Liquidação	13.073.109	
Almoxarifados	2.241.264.851	
Devedores por Empréstimos.....	986.386.043	
Outras contas	<u>376.416.781</u>	258.112.648.855
Passivo		
Dívida Fundada Interna.....	51.021.609.073	
Dívida Fundada Externa	<u>5.163.166.350</u>	<u>56.184.775.423</u>
Ativo permanente líquido		<u>201.927.873.432</u>

A conjugação das duas situações líquidas apuradas - financeira e permanente - põe em evidência a situação líquida patrimonial ao término do ano financeiro de 1966, conforme se demonstra:

Ativo permanente líquido	201.927.873.432
Passivo financeiro descoberto... ..	<u>110.996.415.449</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/66 .	<u>90.931.457.983</u>

Finalmente, as contas reunidas sob o grupo de compensação, espelhando no Balanço Patrimonial as garantias dadas ou recebidas, os valores nominais emitidos e as situações estranhas à determinação do fundo patrimonial, podem ser assim resumidas:

Valôres em poder de terceiros ..	14.002.773.300
Valôres de terceiros	1.502.103.708
Valôres nominais emitidos	111.720.896.875
Diversos	<u>141.251.149.016</u>
	<u>268.476.922.899</u>

3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

Compõe a substância do patrimônio administrativo do Estado o agregado de valores, créditos e bens que, qualitativamente, se classifica em ativo financeiro e ativo permanente.

Estas classes de componentes serão objeto da apreciação que se fará a seguir.

3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

Os valores disponíveis e realizáveis que compõem o ativo financeiro somaram Cr\$ 26.965.302.666, ao termo do exercício de 1966, acusando sobre o Balanço de 1965 o acréscimo de Cr\$ 9.166.931.744.

Eis como se desdobra este fato:

	1966	1965	Diferença
Disponível	16.893.505.330	12.368.012.645	4.525.492.685
Realizável	<u>10.071.797.336</u>	<u>5.430.358.277</u>	<u>4.641.439.059</u>
	<u>26.965.302.666</u>	<u>17.798.370.922</u>	<u>9.166.931.744</u>

As disponibilidades classificam-se do seguinte modo:

Em caixa	4.637.414.926
Em bancos	9.800.928.304
Nas exatorias	351.495.735
Em trânsito	2.103.576.959
Em moedas e metais	<u>89.406</u>
	<u>16.893.505.330</u>

Integram o ativo realizável as seguintes contas:

Devedores Diversos.....	6.115.349.001
Suprimentos Autorizados .	1.371.479.593
Prefeituras, c/Devedoras	2.426.951.935
Valôres do Estado	71.707.786
Diversos Responsáveis ...	<u>86.309.021</u>
	<u>10.071.797.336</u>

Os numerosos demonstrativos que ilustram o Balanço Patrimonial especificam minudentemente os componentes do ativo financeiro disponível e realizável. É oportuno, todavia, tecer breves considerações sobre sua significação.

Em "Devedores Diversos" englobam-se: os devedores do Departamento de Imprensa Oficial, principalmente repartições estaduais, com Cr\$ 4.463.948.608; a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações com..... Cr\$ 912.210.121, como antecipação do produto da taxa de eletrificação e comunicações; o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. com Cr\$ 487.443.905, relativos ao Fundo da Carteira de Crédito Agrícola e não imputados à despesa; a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul com Cr\$ 149.758.000, relativos ao depósito efetuado para imissão de posse de bens pertencentes à Companhia Telefônica Nacional.

A conta "Suprimentos Autorizados" reúne os débitos de várias entidades, salientando-se os das seguintes autarquias estaduais: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem com Cr\$ 542.089.327; Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes com Cr\$ 567.844.124.

Sob este mesmo título registra-se, ainda, o débito da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no valor de Cr\$ 240.792.008, relativo às entregas feitas pelo Tesouro, destinadas ao atendimento de encargos de responsabilidade do Estado, e cuja liquidação se encontra na dependência da aprovação do relatório referente ao encontro de contas efetuado entre o Estado, a União e aquela Ferrovia.

As responsabilidades de diversas origens de prefeituras municipais, no valor de Cr\$ 2.426.951.935, registram-se na conta "Prefeituras, c/Devedoras", destacando-se a Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre com..... Cr\$ 2.182.966.458, relativos ao produto da taxa do Corpo de Bombeiros, e a Prefeitura Municipal de Rio Grande com Cr\$ 102.173.226, referentes ao serviço de empréstimo concedido pelo Estado e a adiantamentos de contribuições.

O grupo "Valôres do Estado" acolhe os títulos de renda pertencentes ao Estado, por seu valor nominal, dentre os quais se salientam 12.310 ações da Companhia Brasileira do Cobre, 2.240 debêntures da Companhia Indústrias Gerais, Obras e Terras, 2.000 ações da Sociedade de Materiais Pró-Casa Popular e obrigações da Eletrobrás, no valor de Cr\$ 22.770.000.

Os débitos de numerosos servidores, resultantes de pagamentos indevidos ou receitas não arrecadadas, no montante de Cr\$ 86.309.021, estão compreendidos sob o título "Diversos Responsáveis".

3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 1966, as contas representativas dos bens de uso especial, dos créditos de lenta realização, dos valores gravados com a cláusula de inalienabilidade e de outras inversões com caráter estável, que, no seu conjunto, compõem o ativo permanente, atingiram a elevada soma de Cr\$ 258.112.648.855. Este conjunto de contas atingia, no Balanço de 1965, a soma de Cr\$ 110.427.316.621, registrando-se o expressivo aumento de Cr\$ 147.685.332.234.

Em quadros anexos ao Balanço Patrimonial encontra-se discriminada parte dos bens e créditos do Estado.

Os materiais existentes nos diferentes almoxarifados são, também, objeto de inventários analíticos. Estas peças, todavia, não figuram no Balanço Geral, mas instruem os processos de tomadas de conta dos responsáveis pelos referidos setores da Administração.

No grupo dos bens físicos, as contas "Móveis e Utensílios", "Próprios do Estado" e "Bens de Natureza Industrial" carecem de inventário.

Expõem-se, a seguir, os fatos de maior relêvo, pertinentes aos bens que integram o ativo permanente, bem como o conteúdo das contas compreendidas neste grupo.

As participações do Estado no capital de diversas empresas englobam-se no título "Valores Inalienáveis". O total destas participações atinge Cr\$ 201.156.898.700. Estes valores experimentaram excepcional acréscimo de Cr\$ 125.457.616.948 no ano findo. Tal crescimento é devido, principalmente, ao aumento da participação do Estado na Companhia Estadual de Energia Elétrica, no montante de Cr\$ 81.586.490.264, na Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, na quantia de Cr\$ 7.886.969.655, e na subscrição de capital da Companhia Rio-Grandense de Saneamento, no valor de Cr\$ 33.369.188.229.

Discriminam-se, a seguir, as entidades em que o Estado participa, sendo, na maioria delas, como acionista majoritário:

Aços Finos Piratini S.A.	1.684.530.000
Açúcar Gaúcho S.A. - AGASA	800.000.000
Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A.	1.091.200
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	4.234.300.000
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.....	40.000.000
Companhia Estadual de Energia Elétrica.....	145.699.315.779
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT	12.477.547.092
Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN.....	33.369.188.229
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - - COHAB-RS.....	500.000.000
CoEmSA - Construções Eletromecânicas S.A.	51.197.000
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.....	287.729.400
Produtos Gaúchos S.A. - PROGASA	500.000.000
S.A. Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense - VARIG	1.512.000.000
	<u>201.156.898.700</u>

Os créditos de lenta realização estão grupados sob o título "Créditos", o qual assim se discrimina:

Dívida Ativa	10.196.441.052
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927.....	325.339.872
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	2.205.109
Governo Federal, c/Responsabilidades Diversas	48.871.800
Devedores por Empréstimos	986.386.043
	<u>11.559.243.876</u>

A "Dívida Ativa", com o saldo de Cr\$ 10.196.441.052, supera em Cr\$ 6.626.725.712 o existente no final do ano anterior. As inscrições de novos créditos fiscais atingiram Cr\$ 9.358.124.037, ao passo que as cobranças foram da ordem de Cr\$ 2.731.398.325.

Situam-se em Cr\$ 327.544.981 os débitos de algumas prefeituras municipais para com o Estado, decorrentes de empréstimos. O pequeno decréscimo acusado por este grupo, em relação ao Balanço anterior, deve-se às amortizações realizadas no exercício.

As responsabilidades do Governo Federal não sofreram alterações em 1966. Referem-se as mesmas, na sua maior parte, a aplicações de capital efetuadas pelo Estado na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, as quais deverão ser restituídas pela União, de acôrdo com o disposto no instrumento de rescisão do contrato de arrendamento daquela Rêde.

Sob o título "Devedores por Empréstimos" estão registrados os seguintes débitos: Cr\$ 711.128.770 da Prefeitura Municipal de Pelotas, referentes ao Empréstimo Externo 1911; Cr\$ 148.760.859 do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, incluídos no contrato de unificação e consolidação de dívidas que o Estado firmou com o Banco do Brasil S.A., em 11/8/60; Cr\$ 125.000.000 da Prefeitura Municipal de Rio Grande, relativos ao saldo do empréstimo concedido pelo Estado; Cr\$ 844.489. da S.A. Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense; e Cr\$ 651.925 dos Serviços Telefônicos Retomados.

Em "Diversos" englobam-se os valores compreendidos nas demais contas. Estes componentes somam Cr\$ 13.578.201.383, assim distribuídos:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Carteira de Crédito Agrícola	853.790.940
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Fundo de Financiamento à Indústria Hoteleira.....	10.000.000
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Investimentos da Pecuária	2.670.300.000
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Cooperação Financeira	7.789.772.483
Valôres Ativos em Liquidação	13.073.109
Almoxarifados	2.241.264.851
	<u>13.578.201.383</u>

Em "Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Carteira de Crédito Agrícola" acham-se contabilizadas as inversões efetuadas pelo Estado, nos termos da Lei nº 2.910, de 20 de agosto de 1956.

Os recursos previstos no Decreto nº 16.468, de 12 de fevereiro de 1964, destinados ao financiamento da indústria hoteleira, no valor de Cr\$ 10.000.000, figuram na conta "Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Fundo de Financiamento à Indústria Hoteleira".

Nos títulos "Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Investimentos da Pecuária" e "Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Cooperação Financeira", no total de Cr\$ 10.460.072.483, contabilizam-se as contribuições feitas pelo Estado, por força das disposições contidas no parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 4.683, de 24 de dezembro de 1963, e parágrafo 1º do artigo 5º do Decreto Legislativo nº 1.528, de 21 de agosto de 1961, respectivamente.

Os "Valôres Ativos em Liquidação" constituem remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, cuja liquidação vem sendo realizada pelo Estado.

Por último, figuram os materiais existentes em depósito nos diversos almoxarifados, no total de Cr\$ 2.241.264.851. A movimentação desses materiais é submetida a eficiente controle físico-contábil exercido pela Contadoria Geral do Estado.

3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

A contra-substância do patrimônio estadual estava representada, ao termo do exercício de 1966, pelas seguintes classes de débitos:

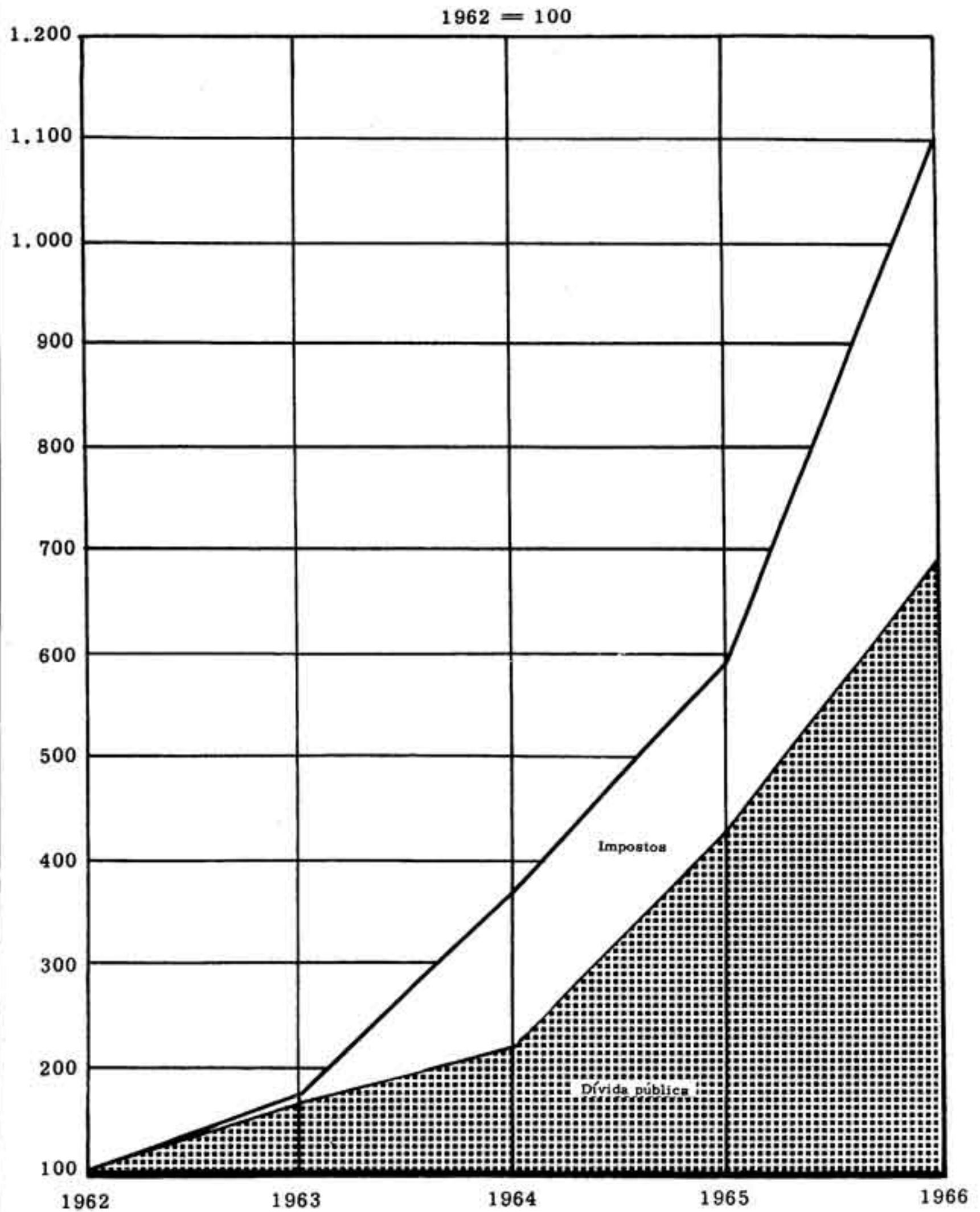
Dívida Fundada Externa	5.163.166.350
Dívida Fundada Interna.	51.021.609.073
Dívida Flutuante.....	<u>137.961.718.115</u>
	<u>194.146.493.538</u>

Como a dívida pública não tem por suporte os componentes do ativo, mas sim a receita dos exercícios futuros, mormente a de impostos, é oportuno apreciar-se a evolução destas duas ordens de valôres, no último quinquênio, como segue:

Ano	Impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1962	24.282.185.439	100	28.027.190.684	100
1963	42.516.374.878	175	48.878.039.412	174
1964	90.242.122.520	371	62.353.369.580	222
1965	143.026.019.015	589	120.325.083.587	429
1966	267.276.119.684	1.100	194.146.493.538	692

Os dados expostos demonstram que o crescimento da receita de impostos sobrepujou o aumento da dívida em todo o período, tomando-se como base o ano de 1962. A mesma evolução é apresentada, graficamente, a seguir:

ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS



Para o atendimento do serviço da dívida pública, excetuadas as despesas de exercícios anteriores, foi despendida, em 1966, a quantia de Cr\$ 8.011.826.708. A progressão dêstes gastos, nos últimos cinco anos, é assim expressa, em números absolutos e relativos:

		Índice
1962	1.731.415.109	100
1963	2.582.592.175	149
1964	6.920.365.790	399
1965	6.924.779.729	400
1966	8.011.826.708	462

As despesas em questão representam, no mesmo espaço de tempo, as seguintes percentagens da receita de impostos:

1962	7,13 %
1963	6,07 %
1964	7,67 %
1965	4,84 %
1966	2,99 %

Segue-se a análise da dívida pública segundo os diferentes grupos.

3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

A Dívida Fundada Externa de responsabilidade da Administração Central do Estado ainda é saldo remanescente dos empréstimos contratados anteriormente à vigência do Decreto-Lei Federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943.

Com o advento do diploma legal acima citado, o Governo da União assumiu o encargo do serviço daquelas dívidas, cumprindo ao Estado reembolsá-lo das quantias despendidas.

A comunicação dos resgates, todavia, nem sempre é feita em tempo hábil pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão que superintende o serviço da dívida em questão. Por essa razão, a baixa registrada em 1966 refere-se à amortização do ano anterior, sendo que a relativa a 1966 será contabilizada no exercício de 1967.

Nos termos do artigo 106, item I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a conversão da dívida externa deve ser feita à taxa de câmbio vigente na data do Balanço.

A aplicação dessa determinação legal, que vigorou a partir de 1964, aliada às amortizações anuais, faz com que o valor dos débitos externos, em moeda nacional, oscile para mais ou para menos. A conversão destas dívidas foi efetuada às taxas de Cr\$ 2.220 para o dólar e Cr\$ 6.202,5 para a libra, que vigoravam ao termo do exercício de 1966.

Eis como se tem comportado a dívida sob exame, em moeda nacional e estrangeira, no período de 1964 a 1966:

Ano	US\$	Índice	£	Índice	Cr\$	Índice
1964	2.544.000,00	100	119.800-00-00	100	5.159.814.400	100
1965	2.270.500,00	89	117.620-00-00	98	5.720.286.110	110
1966	2.003.500,00	78	115.340-00-00	96	5.163.166.350	100

Os dados expostos revelam que, enquanto o valor em moeda nacional flutua, os quantitativos em moeda estrangeira vêm decrescendo lentamente, de modo especial o débito em libras.

A oscilação para menos, verificada em 1966, do valor da dívida externa, em moeda nacional, assim se demonstra:

Posição em 31/12/65.....	5.720.286.110
Menos	
Amortização relativa ao exercício de 1965...	601.457.340
Acréscimo decorrente da atualização da conversão.....	<u>44.337.580</u>
	<u>557.119.760</u>
Posição em 31/12/66.....	<u>5.163.166.350</u>

Com o serviço da dívida sob exame, compreendendo amortização, juros e outros encargos, foi imputada à despesa, em 1966, a quantia de..... Cr\$ 593.298.896.

A amortização considerada no exercício, relativa ao ano de 1965, corresponde a US\$ 267.000,00 e £ 2.280-00-00.

O quadro a seguir demonstra o valor das emissões iniciais, os resgates efetuados e os saldos em circulação, tanto em moeda nacional como estrangeira.

Empréstimos em dólares	US\$	Cr\$
Emissão	47.000.000,00	104.340.000.000
Amortização	<u>44.996.500,00</u>	<u>99.892.230.000</u>
Em circulação.....	<u>2.003.500,00</u>	<u>4.447.770.000</u>
Empréstimo em libras	£	Cr\$
Emissão	600.000-00-00	3.721.500.000
Amortização	<u>484.660-00-00</u>	<u>3.006.103.650</u>
Em circulação.....	<u>115.340-00-00</u>	<u>715.396.350</u>

Com o resgate total dos títulos compreendidos no plano "B", os que se encontram em circulação estão classificados no plano "A".

105062
102508
3164

39552
3006
102895

3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A dívida consolidada interna atingiu, em 31 de dezembro de 1966, o elevado montante de Cr\$ 51.021.609.073, que, segundo os credores, assim se desdobra:

Portadores de apólices	15.199.550.700
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul	108.033.280
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.	779.740.844
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro....	28.487.602
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	303.924.992
Banco do Brasil S.A.	2.009.311.771
Governo da União	<u>32.592.559.884</u>
	<u>51.021.609.073</u>

52.020

Os débitos sob exame vinham apresentando um crescimento moderado até 1965. No ano de 1966, todavia, verificou-se uma violenta expansão, como revelam os números absolutos e relativos, correspondentes ao último quinquênio, que se alinham a seguir:

Empréstimos

Ano	Em apólices	Contratados	Total	Índice
1962	2.436.182.000	11.977.113.627	14.413.295.627	100
1963	4.543.674.500	16.342.952.898	20.886.627.398	144
1964	6.715.196.000	13.749.853.460	20.465.049.460	141
1965	6.079.796.000	16.934.205.732	23.014.001.732	159
1966	15.199.550.700	35.822.058.373	51.021.609.073	353

1883

O aumento líquido verificado em 1966 é da ordem de
Cr\$ 28.007.607.341 e tem origem nos seguintes fatos:

Aumento da dívida

Operações de crédito realizadas	
Empréstimos em apólices	11.223.880.700
Empréstimos contratados.....	<u>2.026.053.600</u>
	13.249.934.300
Inscrição de dívidas	<u>18.770.068.544</u>
	32.020.002.844

Redução da dívida

Resgates	
Empréstimos em apólices	2.104.167.000
Empréstimos contratados.....	<u>1.308.228.503</u>
	3.412.395.503
Cancelamento de dívidas	<u>600.000.000</u>
	4.012.395.503
Aumento líquido	<u>28.007.607.341</u>

VOLUME II

ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

(COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA, POR ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS, CATEGORIAS ECONÔMICAS, ELEMENTOS E RUBRICAS)

DESPESA POR CRÉDITOS ORDINÁRIOS.....	179-314
PODER LEGISLATIVO.....	179-180
Elaboração Legislativa.....	179
Plano de Subvenções e Auxílios	180
TRIBUNAL DE CONTAS	181-182
Contrôle Externo da Administração.....	181
PODER EXECUTIVO	182-198
Chefia do Poder Executivo.....	183
Planejamento do Setor Público.....	184
Plano de Subvenções e Auxílios	185
Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica	186
Proteção aos Desportos	187
Proteção aos Esportes	188
Estudos de Administração Geral e Contrôle da Legalidade dos Atos Relativos ao Serviço Civil	189
Caminhos Vicinais, Colonização e Legalização de Terras Devolutas	190
Julgamento de Questões Fiscais.....	192
Serviços de Telecomunicações	193
Ministério Público.....	195
Consultoria Jurídica	196
Fomento ao Turismo.....	197
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA.....	199-214
Administração Central.....	199
Serviço Social Penitenciário.....	200
Registro Público das Atividades Econômicas	201
Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas	203
Guarda de Documentos	204
Reclusão de Apenados.....	205
Serviços Gráficos do Estado	207
Assistência Psiquiátrica Forense	208
Representação do Estado na Capital Federal.....	210
Representação do Estado na Guanabara	211
Representação do Estado em São Paulo	212
Planejamento e Execução da Reforma Penitenciária.....	213
SECRETARIA DA FAZENDA	215-224
Administração Central.....	215
Elaboração Orçamentária e Assessoramento Técnico.....	215
Contabilidade Geral do Estado	216
Assistência Jurídico-Fiscal	218
Administração de Execução Financeira	219
Exação e Fiscalização Financeira	220
Fiscalização do Imposto sobre Vendas e Consignações.....	221
Encargos Gerais do Estado	222
Fundo de Estabilização Financeira	224
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS	225-231
Administração Central.....	225
Administração Interna	226
Planejamento Urbanístico e Habitacional	227
Obras de Saneamento e Irrigação e Exploração de Serviços de Água e Esgoto	228
Construção de Edifícios Públicos e Construção e Condução de Parques e Jardins	230
SECRETARIA DA AGRICULTURA.....	233-240
Administração Central.....	233
Administração Interna	234
Fomento e Defesa da Produção Vegetal:.....	235
Fomento e Defesa da Produção Animal.....	237
Pesquisa de Recursos Minerais	239

Como se vê, a maior parcela de aumento da dívida resulta da inscrição de compromissos no montante de Cr\$ 18.896.538.544, de que Cr\$ 18.770.027.544 provêm da ajuda financeira da União, recebida em diversos exercícios e não considerada pelo Estado, nas respectivas épocas, como empréstimo. Esta quantia assim se discrimina, segundo o ano do recebimento:

Em 1962	576.000.000
Em 1963	200.000.000
Em 1964	12.000.000.000
Em 1965	5.994.027.544

Do produto dessa ajuda financeira, Cr\$ 17.996.339.544 foram incorporados à receita orçamentária nos exercícios do recebimento, sob a classificação de contribuição da União, sendo Cr\$ 576.000.000 ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. Da parcela restante, Cr\$ 573.688.000 foram registrados, o recebimento e a aplicação, como operações extra-orçamentárias, e... Cr\$ 200.000.000, recebidos pela Secretaria da Economia, foram aplicados pela mesma, à conta da União, sem que tenham sido objeto de contabilização.

Se as parcelas da dívida inscritas em 1966 tivessem sido computadas nos anos em que foram recebidas, a evolução dos compromissos consolidados no último lustro assim se apresentaria:

Empréstimos

Ano	Em apólices	Contratados	Total	Índice
1962	2.436.182.000	12.553.113.627	14.989.295.627	100
1963	4.543.674.500	16.542.952.898	21.086.627.398	140
1964	6.715.196.000	25.749.853.460	32.465.049.460	216
1965	6.079.796.000	22.928.233.276	29.008.029.276	193
1966	15.199.550.700	17.052.030.829	32.251.581.529	215

O aumento verificado na dívida foi de Cr\$ 32.020.002.844, que, analiticamente, assim se demonstra:

Apólices lançadas em circulação

Empréstimo II Plano de Obras do Estado

4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61	2.540.635.000
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62 (incluídos Cr\$ 26.470.000 de deságio, por lançamento abaixo do par).....	1.995.858.000
8ª série - Dec. 14.468, de 10/12/62 ...	2.000.000.000

Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes

Dec. 15.630, de 25/9/63.....	181.839.000
------------------------------	-------------

Empréstimo Lei 5127/65

Dec. 17.643, de 9/12/65 (incluídos Cr\$ 100.000.000 de deságio, por lançamento abaixo do par).....	1.000.000.000
--	---------------

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

1ª série - Dec. 17.806, de 16/2/66	2.635.548.700
---	---------------

Empréstimo Plano Comunitário de Investimentos		
1ª série - Dec. 17.989, de 8/8/66	<u>870.000.000</u>	11.223.880.700
Empréstimos contratados		
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Lei 4931/65	26.060.000	
Governo da União		
Ajuste para Liquidação de Dívidas - 12,5 bilhões de cruzeiros	<u>1.999.993.600</u>	2.026.053.600
Inscrição de dívidas		
Empréstimo em apólices		
Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul		
1ª série - Dec. 17.806, de 16/2/66 (Correção do valor nominal das apólices em circulação)	41.000	
Empréstimos contratados		
Governo da União		
Ajuste para Liquidação de Dívidas - 7,68 bilhões de cruzeiros	776.000.000	
Ajuste para Liquidação de Dívidas - 12 bilhões de cruzeiros	12.000.000.000	
Ajuste para Liquidação de Dívidas - 12,5 bilhões de cruzeiros	<u>5.994.027.544</u>	<u>18.770.068.544</u>
Aumento da dívida		<u>32.020.002.844</u>

Por sua vez, as reduções foram da ordem de Cr\$ 4.012.395.503, que assim se discriminam:

Resgate de apólices

Empréstimo Debêntures da Escola de Engenharia (486 debêntures de Cr\$ 500 cada uma)	243.000
Empréstimo Encampação do Banco Pelotense (8.882 apólices de Cr\$ 500 cada uma)	4.441.000
Empréstimo Saneamento (500 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	500.000
Empréstimo Eletrificação - 2ª emissão (759 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma) ..	759.000
Empréstimo Obras e Investimentos (6.444 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	6.444.000
Empréstimo II Plano de Obras do Estado	
1ª série - Dec. 10.716, de 27/8/59 - (74.198 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	74.198.000
4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61 - (17.080 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	17.080.000
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62 - (427.322 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	427.322.000

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos		
1ª série - Dec. 15.043, de 29/3/63 - (1.521.974 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	1.521.974.000	
Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes		
Dec. 15.630, de 25/9/63 (51.206 apólices de Cr\$ 1.000 cada uma)	<u>51.206.000</u>	2.104.167.000
Resgate de empréstimos contratados		
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Lei 4.931/65.....	22.266.720	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas	61.339.053	
Empréstimo Saneamento	22.072.179	
Empréstimo Hipotecário	1.302.485	
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro		
Empréstimo Saneamento	1.913.689	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas	28.898.630	
Empréstimo Lei 4.837/64.....	408.341.250	
Empréstimo Consolidação.....	171.808.821	
Banco do Brasil S.A.		
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas	389.203.713	
Governo da União		
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Dólares	1.046.513	
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Libras	35.450	
Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros...	<u>200.000.000</u>	1.308.228.503
Cancelamento de dívidas		
Empréstimo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, c/Adiantamento do Fundo Federal de Eletrificação ...		<u>600.000.000</u>
Redução da dívida.....		<u>4.012.395.503</u>

É oportuno esclarecer que o adiantamento efetuado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, à conta do Fundo Federal de Eletrificação, foi registrado como empréstimo, nos termos do contrato firmado entre aquele Banco, o Estado e a então Comissão Estadual de Energia Elétrica. Com a transformação da referida autarquia em sociedade anônima, sob a denominação de Companhia Estadual de Energia Elétrica, foi efetuado um novo ajuste entre esta e o mencionado Banco, ficando o Estado desobrigado da responsabilidade. Por essa razão, foi efetuado o cancelamento da dívida.

Discriminam-se, a seguir, as apólices da dívida pública do Estado que se encontravam em circulação ao termo do exercício de 1966, com data de resgate já fixada, indicando-se a denominação do empréstimo, a série e o vencimento.

Empréstimo II Plano de Obras do Estado

1ª série

Ano	Mês		
1967	abril	15.506.000	
	outubro..	15.050.000	
1968	abril	6.149.000	
	outubro..	14.354.000	
1969	abril	2.617.000	
	outubro..	14.671.000	
1970	outubro..	<u>5.000.000</u>	73.347.000

4ª série

Ano	Mês		
1967	março... setembro	3.432.000 14.250.000	
1968	março... setembro	652.525.000 102.335.000	
1969	março...	550.000.000	
1970	março...	550.000.000	
1971	março...	<u>675.000.000</u>	2.547.542.000

6ª série

Ano	Mês		
1967	março... setembro	174.013.000 586.634.000	
1968	março... setembro	815.242.000 387.933.000	
1969	março... setembro	366.140.000 247.821.000	
1970	março... setembro	70.321.000 70.321.000	
1971	março... setembro	70.321.000 70.321.000	
1972	março... setembro	70.321.000 <u>70.325.000</u>	2.999.713.000

8ª série

Ano	Mês		
1967	agosto...	<u>2.000.000.000</u>	<u>2.000.000.000</u>
			<u>7.620.602.000</u>

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos

1ª série

Ano	Mês	
1967	março... setembro	568.997.000 667.121.000
1968	março... setembro	612.177.000 566.619.000
1969	março... setembro	80.673.000 38.604.000

1970	março...	16.080.000
	setembro	17.824.000
1971	março...	3.330.000
	setembro	3.370.000
1972	março...	2.000.000
	setembro	2.000.000
1973	março...	2.000.000
	setembro	2.000.000
1974	março...	2.000.000
	setembro	2.000.000
1975	março...	2.000.000
	setembro	<u>2.000.000</u>
		<u>2.590.795.000</u>

Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes

Ano	Mês	
1967	junho....	27.614.000
	dezembro	65.312.000
1968	junho....	32.296.000
	dezembro	65.841.000
1969	junho....	32.456.000
	dezembro	66.177.000
1970	junho....	31.135.000
	dezembro	<u>15.804.000</u>
		<u>336.635.000</u>

Empréstimo Lei 5.127/65

Ano	Mês	
1968	fevereiro	333.300.000
	agosto...	333.300.000
1969	fevereiro	<u>333.400.000</u>
		<u>1.000.000.000</u>

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

Ano	Mês	
1970	janeiro..	443.674.100
	julho....	443.728.200
1971	janeiro..	436.587.000
	julho....	438.210.000
1972	janeiro..	436.695.200
	julho....	<u>436.695.200</u>
		<u>2.635.589.700</u>

Empréstimo Plano Comunitário de Investimentos

1ª série

Ano	Mês	
1969	janeiro ..	469.500.000
	julho	319.500.000
1970	janeiro ..	18.500.000
	julho	18.500.000
1971	janeiro ..	36.500.000
	julho	2.500.000
1972	janeiro ..	2.500.000
	julho	2.500.000
		<u>870.000.000</u>

3.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

Em 31 de dezembro último, a dívida administrativa do Estado atingiu a elevada quantia de Cr\$ 137.961.718.115, assim desdobrada:

Restos a Pagar.....	82.016.498.725
Serviço da Dívida a Pagar	6.777.016.295
Depósitos.....	12.312.187.698
Débitos de Tesouraria ...	16.616.632.746
Diversos	<u>20.239.382.651</u>
	<u>137.961.718.115</u>

A evolução da dívida flutuante, nos últimos cinco anos, pode ser divisada através dos dados que seguem:

		Índice
1962	13.607.385.261	100
1963	27.985.691.591	205
1964	36.728.505.720	269
1965	91.590.795.745	673
1966	137.961.718.115	1.013

Os dados expostos revelam que os débitos sob exame decuplicaram no último quinquênio. Os aumentos mais expressivos, todavia, verificaram-se nos anos de 1965 e 1966, com taxas de crescimento, sobre os exercícios imediatamente anteriores, de 149,37 % e 50,62 %, respectivamente.

Em números absolutos, o aumento da dívida administrativa foi de Cr\$ 46.370.922.370 e se origina dos seguintes fatos:

Formação de dívidas	135.570.073.733	
Inscrição de dívidas.....	<u>750</u>	135.570.074.483
Menos		
Pagamento de dívidas	89.199.140.427	
Cancelamento de dívidas .	<u>11.686</u>	<u>89.199.152.113</u>
Aumento da dívida flutuante		<u>46.370.922.370</u>

O aumento da dívida em questão também pode ser explicado através da conjugação dos fatos que influem sobre a mesma, isto é, o resultado financeiro do exercício, o aumento do ativo financeiro e as variações do patrimônio financeiro estranhas à gestão financeira. Eis a demonstração:

Resultado financeiro do exercício.....		37.207.290.482
Mais		
Aumento do ativo financeiro....	9.166.931.744	
Cancelamento de créditos.....	55.022.380	
Inscrição de dívidas.....	<u>750</u>	<u>9.221.954.874</u>
		46.429.245.356
Menos		
Inscrição de créditos.....	3.541.300	
Inscrição de valores	54.770.000	
Cancelamento de dívidas.....	<u>11.686</u>	<u>58.322.986</u>
		<u>46.370.922.370</u>

Para melhor entendimento das contas que compõem a dívida flutuante, apresenta-se, a seguir, breve análise dos compromissos mais significativos nela compreendidos.

Restos a Pagar - Sob esta designação incluem-se dívidas no montante de Cr\$ 82.016.498.725, de que Cr\$ 9.750.863.952 constituem compromissos de exercícios anteriores e Cr\$ 72.265.634.773 se referem a resíduos apurados em 1966. Estes últimos encargos assim se desdobram:

Contas a Pagar	7.376.676.331
Vencimentos a Pagar	38.576.104.915
Fôlhas a Pagar	6.645.173.631
Empenhos a Liquidar	<u>19.667.679.896</u>
	<u>72.265.634.773</u>

Os compromissos pendentes de comprovação de direitos creditórios, de ultimação de fornecimentos ou de prestação de serviços classificam-se como empenhos a liquidar.

No grupo Serviço da Dívida a Pagar estão compreendidas as contas: Serviço da Dívida Fundada Externa, Serviço da Dívida Fundada Interna e Serviço de Juros da Dívida Flutuante, que serão apreciadas individualmente.

Serviço da Dívida Fundada Externa - Os compromissos do Estado para com o Governo da União, relativos ao serviço de amortização, juros e demais encargos da dívida fundada externa, no total de Cr\$ 1.822.167.395, acham-se escriturados nesta conta. Esses débitos são relativos aos exercícios de 1957 a 1966, inclusive, e decorrem das remessas feitas pela União aos agentes pagadores no exterior, para a liquidação da dívida externa fundada, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943.

Serviço da Dívida Fundada Interna - Sob este título contabilizam-se os débitos relativos aos juros, amortizações e outros encargos da dívida fundada interna, não pagos, no total de Cr\$ 4.954.601.962. Esses encargos foram imputados à despesa em vários exercícios e assim se distribuem: Banco do Brasil S.A., Cr\$ 3.336.949.521; Governo da União, Cr\$ 852.754.400; Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, Cr\$ 18.187.896; Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, Cr\$ 2.004.433; Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, ... Cr\$ 3.431.299; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Cr\$ 54.933.333; e portadores de apólices, Cr\$ 686.341.080, referentes aos cupões de juros vencidos e às apólices chamadas a resgate em diversos anos, que se acham à disposição dos respectivos portadores.

Serviço de Juros da Dívida Flutuante - Com o saldo de Cr\$ 246.938, esta conta reúne os encargos do Estado decorrentes dos juros da dívida flutuante.

Depósitos - Sob este título figuram depósitos especificados, no valor de Cr\$ 11.217.394.721, e depósitos de diversas origens, que somam Cr\$ 1.094.792.977.

Os primeiros, cuja discriminação se faz a seguir, dispensam, pela sua intitulação, maiores explicações:

Depósitos de Consignatários ..	6.010.490.082
Depósitos de Responsáveis ...	149.208
Retenções	139.216.163
Cauções	46.643.060
Depósitos Públicos e Judiciais	4.748.450.360
Depósitos de Autarquias.....	<u>272.445.848</u>
	<u>11.217.394.721</u>

Dentre os depósitos de diversas origens destacam-se, como parcelas mais expressivas, as seguintes: Cr\$ 835.905.465 de tributos diversos, depositados para garantia de instância; Cr\$ 53.121.021 de comissão sobre cobrança da dívida ativa; Cr\$ 60.684.765 de depósitos relativos a heranças vacantes; Cr\$ 40.465.725 de receitas a restituir, relativas a diversos exercícios; Cr\$ 29.240.236 de vencimentos não reclamados; Cr\$ 14.408.736 de pensões alimentícias; Cr\$ 13.074.602 do Governo da União, saldo de auxílio às vítimas da enchente de Rio Grande. O saldo distribui-se por outras contas de menor significação.

Débitos de Tesouraria - Com a extensão monetária de Cr\$ 16.616.632.746, as dívidas englobadas sob este título podem ser assim discriminadas:

Saldos de empréstimos por antecipação de receita	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. ..	3.253.803.350
Banco da Província do Rio Grande do Sul S. A.	<u>200.191.596</u>
	3.453.994.946
Letras do Tesouro	<u>13.162.637.800</u>
	<u>16.616.632.746</u>

Nos saldos dos empréstimos por antecipação da receita incluem-se os juros e outras despesas vencidas e não pagas.

As letras do Tesouro, cujo montante em circulação em 31 de dezembro de 1966 era de Cr\$ 13.162.637.800, apresentam, em relação ao exercício anterior, o acréscimo de Cr\$ 9.116.129.600.

Este acréscimo é equivalente à diferença entre os títulos lançados em circulação e os resgatados no último exercício, como a seguir se expõe:

Letras lançadas em circulação	14.778.336.250
Letras resgatadas em 1966 ...	<u>5.662.206.650</u>
	<u>9.116.129.600</u>

Dos Cr\$ 5.662.206.650 de resgates, Cr\$ 2.724.768.000 referem-se a letras lançadas em exercícios anteriores e Cr\$ 2.937.438.650, a letras subscritas no ano de 1966.

Do montante em circulação, no valor de Cr\$ 13.162.637.800, ... Cr\$ 281.000 são relativos a letras tomadas em 1958 e ainda não apresentadas para resgate. O saldo de Cr\$ 13.162.356.800 diz respeito aos títulos emitidos com base nas autorizações da Lei nº 3.785, de 30 de julho de 1959, alterada pelas Leis nºs 3.906 e 4.552, de 6 de fevereiro de 1960 e 16 de setembro de 1963, respectivamente, e da Lei nº 5.120, de 6 de dezembro de 1965, alterada pela de nº 5.289, de 7 de dezembro de 1966.

As letras do Tesouro que se encontravam em circulação em 31 de dezembro de 1966 discriminam-se, de acordo com os vencimentos, como segue:

Letras vencidas até 31/12/66	1.321.740.200
Letras a vencer em 1967	
Janeiro	707.069.500
Fevereiro.....	580.918.300
Março.....	753.303.850
Abril.....	407.780.350
Maió.....	728.408.800
Junho.....	763.645.550
Julho.....	815.832.200
Agosto.....	1.632.469.650
Setembro.....	1.069.617.400
Outubro.....	1.376.072.000
Novembro.....	1.456.910.000
Dezembro.....	<u>1.548.870.000</u>
	<u>11.840.897.600</u>
Saldo em circulação	<u>13.162.637.800</u>

Segue-se o comentário das contas compreendidas no grupo Diversos, constante do Balanço Patrimonial.

Credores Diversos - As dívidas do Estado reunidas neste título atingem o montante de Cr\$ 5.608.162.659. Segundo as entidades credoras, destacam-se, a seguir, as parcelas mais significativas: Companhia Estadual de Energia Elétrica com Cr\$ 3.555.620.056, dos quais Cr\$ 3.554.655.519 são relativos à parcela de capital subscrito pelo Estado, a integralizar, e Cr\$ 964.537 se referem à encampação de usinas elétricas; Aços Finos Piratini S.A. com Cr\$ 1.285.200.000, correspondentes à parcela de capital subscrito pelo Estado, a integralizar; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul com Cr\$ 526.312.905, relativos ao saldo da contribuição decorrente da taxa de investimentos da pecuária; Viação Férrea do Rio Grande do Sul com Cr\$ 134.083.322, sendo Cr\$ 123.044.580 referentes ao passivo encampado pelo Estado, nos termos da Lei nº 2.405, de 14 de agosto de 1954, e Cr\$ 11.038.742 relativos ao saldo da contribuição decorrente da taxa de transportes; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. com Cr\$ 101.347.153, dos quais Cr\$ 88.649.791 se referem ao Fundo da Carteira de Crédito Agrícola e Cr\$ 12.697.362 dizem respeito à liquidação do acervo do extinto Banco Pelotense.

Cheques a Pagar - Esta conta, cuja soma atinge Cr\$ 622.812.221, reúne os cheques relativos a vantagens de pessoal, emitidos pelo Tesouro e existentes em carteira. Referem-se, em sua maior parte, a vantagens dos meses de novembro e dezembro do exercício de 1966.

Contribuições para Autarquias - Os débitos do Estado classificados neste título, no total de Cr\$ 13.729.806.596, referem-se aos saldos das contribuições concedidas a autarquias e não entregues. Este total distribui-se pelos seguintes órgãos:

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	6.496.558.095
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	4.250.951.260
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	2.125.059.635
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	560.815.215
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul	190.965.000
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul	99.330.000
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	5.815.667
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ...	310.836
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite	888

Outras contas - Compreendem-se aqui as demais contas da dívida flutuante, no total de Cr\$ 278.801.175, relativas a contribuições do Estado não entregues a prefeituras, ao fundo de estoque de material e aos empenhos efetuados à conta desse fundo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	241-256
Administração Central	241
Educação Primária	242
Educação Média	244
Educação Técnica	246
Difusão Cultural	248
Educação Física e Assistência Educacional	250
Educação Especial	252
Pesquisas e Orientação Educacionais	253
Educação Artística	254
Plano de Subvenções e Auxílios	256
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	257-269
Administração Superior	257
Administração Geral do Departamento de Polícia Civil	258
Serviços de Policiamento e de Ordem Política e Social	259
Serviços de Policiamento no Interior do Estado	260
Serviços de Trânsito	261
Serviços Técnicos Especializados	262
Administração Central da Brigada Militar	263
Serviços de Produção e Manutenção	265
Serviços de Policiamento e de Guarda	266
Serviços de Prevenção e Extinção de Incêndios	267
Serviços de Saúde e Veterinária	268
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	271-275
Administração Central	271
Inspecções Médicas	272
Administração do Material	273
Processamento Eletrônico de Dados	274
SECRETARIA DA SAÚDE	277-287
Administração Central	277
Serviços de Laboratório	278
Serviços de Saúde Pública	280
Serviços de Saúde Mental	281
Serviços de Saúde Materno-Infantil	283
Serviços de Controle Ambiental	284
Serviços Regionais de Saúde	286
SECRETARIA DA ECONOMIA	289-293
Administração Central	289
Assistência ao Cooperativismo	290
Serviços de Estatística	292
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	295-298
Administração Central	295
Construção, Manutenção e Melhoramento de Aeroportos	296
SECRETARIA DO TRABALHO E HABITAÇÃO	299-306
Administração Central	299
Assistência ao Trabalho	300
Plano Habitacional	302
Desenvolvimento Comunitário	303
Assistência ao Menor	304
SECRETARIA DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES	307
Administração Central	307
PODER JUDICIÁRIO	309-314
Tribunal de Justiça	309
Tribunais do Júri e Juizados	310
Juizado de Menores	311
Conselho Penitenciário do Estado	313
Justiça Militar do Estado	314
DESPESA POR CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	315-325
Assembleia Legislativa	315
Governo do Estado	316
Secretaria do Interior e Justiça	317
Secretaria da Fazenda	318
Secretaria das Obras Públicas	319
Secretaria da Agricultura	321
Secretaria de Educação e Cultura	322
Secretaria da Segurança Pública	323
Secretaria da Administração	323
Secretaria da Saúde	324
Secretaria da Economia	324
Secretaria dos Transportes	324
Secretaria do Trabalho e Habitação	325
Secretaria de Energia e Comunicações	325

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O resultado patrimonial apurado ao término do exercício de 1966, revelando o superavit de Cr\$ 83.030.854.027, tem sua origem na conjugação das variações de que foi passível o patrimônio do Estado. Eis a demonstração sintética deste resultado:

Variações ativas.....	592.190.366.224
Variações passivas	<u>509.159.512.197</u>
Superavit verificado	<u>83.030.854.027</u>

Variações de diferentes origens concorreram para este resultado. A decomposição destas variações segundo sua natureza - orçamentária e extra-orçamentária - evidenciará resultados parciais sobremodo elucidativos para a análise dos fatos decorrentes da gestão.

Assim se apresentam as variações decorrentes da execução orçamentária:

a) Positivas

Receita orçamentária	395.242.805.334
Menos: Mutações patrimoniais da receita:	
Cobrança da dívida ativa	2.731.398.325
Alienação de bens móveis	9.937.211
Alienação de bens imóveis	116.521.510
Empréstimos tomados	13.123.464.300
Recebimento de créditos	<u>25.000.000</u>
	<u>16.006.321.346</u>
Receita efetiva	<u>379.236.483.988</u>

b) Negativas

Despesa orçamentária		432.450.095.816
Menos: Mutações patrimoniais da despesa:		
Aquisição de bens móveis	3.090.839.909	
Construção e aquisição de bens imóveis	9.253.302.780	
Construção e aquisição de bens de natureza industrial	1.643.717.247	
Aquisição de títulos e valores	44.967.200.422	
Amortização de dívidas	3.412.395.503	
Formação de créditos	<u>5.785.741.193</u>	<u>68.153.197.054</u>
Despesa efetiva		<u>364.296.898.762</u>

O confronto entre as receitas e despesas efetivas revela o primeiro resultado parcial:

Receita efetiva.....	379.236.483.988
Despesa efetiva.....	<u>364.296.898.762</u>
Superavit patrimonial da gestão orçamentária	<u>14.939.585.226</u>

Por sua vez, as variações resultantes dos fatos de natureza extra-orçamentária classificam-se como segue:

a) Positivas

No patrimônio permanente:		
Inscrição da dívida ativa	9.358.124.037	
Inscrição de valores inalienáveis	80.567.844.726	
Inscrição de outros créditos.....	601.457.341	
Incorporação de bens móveis	1.008.502.184	
Incorporação de bens imóveis	11.453.000	
Incorporação de bens de natureza industrial.....	24.220.701.403	
Formação de créditos	431.649.791	
Cancelamento de dívidas	600.000.000	
Entradas de almoxarifados	<u>11.936.308.368</u>	128.736.040.850
No patrimônio financeiro:		
Inscrição de valores.....	54.770.000	
Inscrição de créditos	3.541.300	
Cancelamento de dívidas	<u>11.686</u>	<u>58.322.986</u>
		<u>128.794.363.836</u>

b) Negativas

No patrimônio permanente:		
Inscrição de dívidas passivas.....	18.940.876.124	
Cancelamento de créditos	730.381.144	
Desincorporação de bens.....	29.869.188.229	
Saídas de almoxarifados	<u>11.107.626.408</u>	60.648.071.905
No patrimônio financeiro:		
Inscrição de dívidas.....	750	
Cancelamento de créditos	<u>55.022.380</u>	<u>55.023.130</u>
		<u>60.703.095.035</u>

O cotejo entre estas variações extra-orçamentárias aponta a parcela restante do resultado global, como se demonstra:

Variações independentes da execução orçamentária:

Positivas	128.794.363.836
Negativas	<u>60.703.095.035</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário .	<u>68.091.268.801</u>

Somando-se os dois resultados parciais já evidenciados, obtém-se o superavit patrimonial, apurado através da peça denominada Demonstração das Variações Patrimoniais, que integra o Balanço Geral:

Superavit patrimonial da gestão orçamentária	14.939.585.226
Superavit patrimonial extra-orçamentário ...	<u>68.091.268.801</u>
Superavit patrimonial do exercício	<u>83.030.854.027</u>

Com o reflexo das variações analisadas neste capítulo sobre os componentes do patrimônio do Estado, a situação líquida existente ao término do ano de 1965 experimentou acréscimo equivalente ao superavit patrimonial do exercício, como se evidencia:

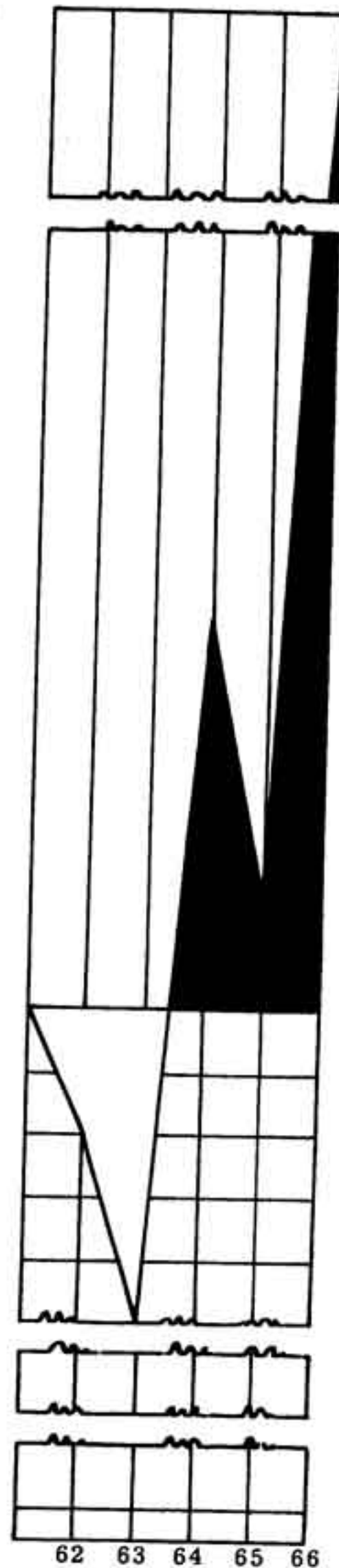
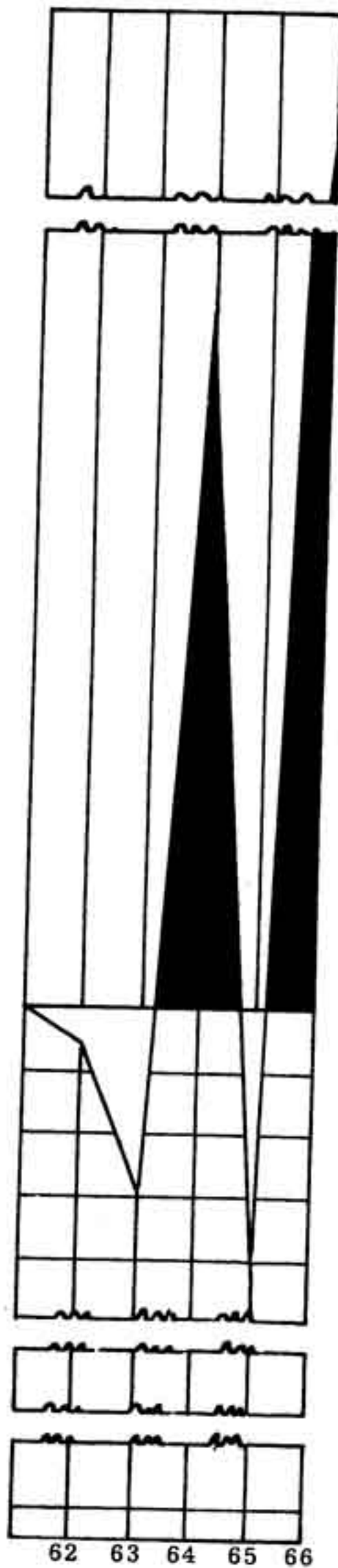
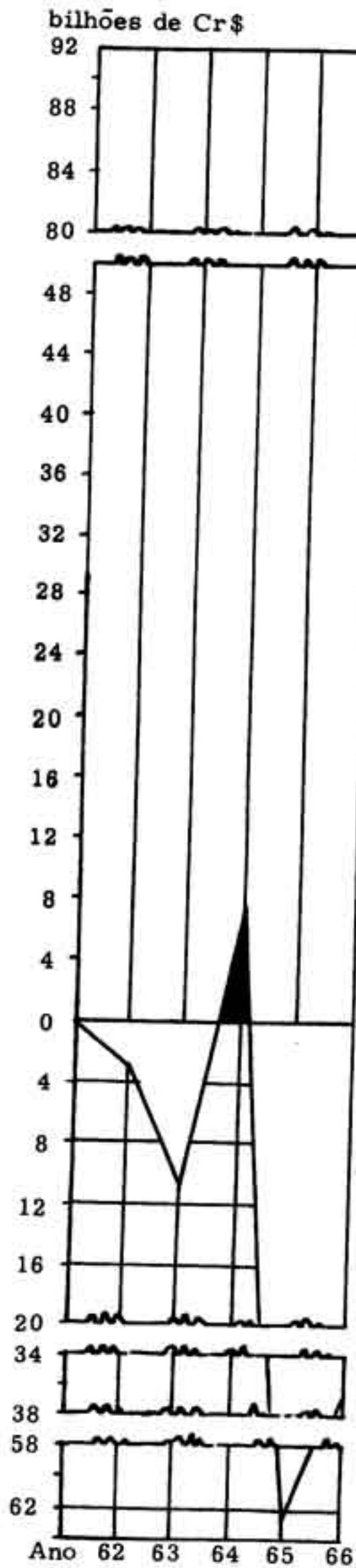
Ativo Real Líquido em 31/12/65	7.900.603.956
Superavit patrimonial de 1966 ..	<u>83.030.854.027</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/66	<u>90.931.457.983</u>

Segue a demonstração gráfica dos resultados financeiro e patrimonial e da situação líquida, nos últimos cinco anos.

RESULTADO
FINANCEIRO

RESULTADO
PATRIMONIAL

SALDO
PATRIMONIAL



5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/66

Neste capítulo, determinam-se as insuficiências financeiras acumuladas, existentes ao término do exercício de 1966. Faz-se essa apuração computando-se detalhadamente, segundo fórmula técnica tradicional, os componentes reais e potenciais do ativo e passivo financeiros.

Os componentes reais encontram-se expressos no Balanço Patrimonial.

Os elementos potenciais, todavia, resultam das vinculações legais das receitas afetadas e do produto de operações de crédito. Assim, constituem componentes do ativo financeiro potencial as quantias correspondentes às receitas de aplicação específica e às operações de crédito a realizar, legalmente vinculadas a autorizações de despesa. Por seu turno, o passivo financeiro potencial compreende as parcelas de receitas afetadas e de operações de crédito, não utilizadas.

De acôrdo com êste critério, o descoberto financeiro, em 31 de dezembro de 1966, elevava-se a Cr\$ 105.916.172.083. No exercício sob exame, verificou-se uma deterioração da situação financeira do Estado, da ordem de..... Cr\$ 53.974.463.559.

Passa-se à demonstração analítica do descoberto financeiro.

Inicialmente, expõem-se a composição e a origem do ativo financeiro potencial, cujo valor atingiu Cr\$ 110.280.601.180.

I - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado -
1ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 10.716, de
27/8/59)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1959 (v. fls. 34 e 35 do Balan
ço de 1959).....

759.000.220

Em 1960 (v. fls. 37 e 39 do Balanço de 1960).....	1.274.438.394	
Em 1961 (v. fls. 39 e 40 do Balanço de 1961).....	<u>1.157.727.733</u>	3.191.166.347
Suplementares		
Em 1964.....		<u>6.276.385</u>
		3.197.442.732
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1959 (v. fls. 34 e 35 do Balanço de 1959).....	145.000.000	
Em 1960 (v. fls. 37 a 39 do Balanço de 1960).....	13.463.352	
Em 1961 (v. fls. 39 e 40 do Balanço de 1961).....	40.539	
Em 1962 (v. fls. 47 do Balanço de 1962).....	2.337.537	
Em 1963 (v. pág. 162 do Balanço de 1963).....	296.319	
Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964).....	16.580	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965).....	<u>15.781.064</u>	<u>176.935.391</u>
		3.020.507.341
Menos		
c) Créditos de 1960, cujo recurso passou, em 1961, para o Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas, contratado com o Banco do Brasil S.A.		
Dec. 11.315, de 7/5/60.....	25.000.000	
Dec. 11.853, de 7/12/60.....	<u>5.000.000</u>	<u>30.000.000</u>
		2.990.507.341
Menos		
d) Cancelamento de créditos		
Dec. 17.036, de 22/12/64.....		<u>6.276.385</u>
		2.984.230.956
Menos		
e) Produto recebido até 31/12/66.....		
Parcela a realizar vinculada.....		<u>2.853.816.024</u>
		<u>130.414.932</u>
II - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 4ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 12.465, de 30/6/61)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1961 (v. fls. 40 a 42 do Balanço de 1961).....	2.123.125.698	
Em 1962 (v. fls. 47 a 50 do Balanço de 1962).....	883.538.500	
Em 1963 (Dec. 14.707, de 14/1/63)	250.000	
Em 1966 (Dec. 18.233, de 12/12/66)	<u>20.000.000</u>	3.026.914.198

Suplementares		
Em 1964.....		2.993.041
b) Crédito de 1961, revigorado em 1962		
Dec. 12.716, de 18/10/61		<u>1.000.000</u>
		3.030.907.239
Menos		
c) Saldos de créditos extintos		
Em 1961 (v. fls. 40 a 42 do Balanço de 1961)	1.018.186	
Em 1962 (v. fls. 47 a 50 do Balanço de 1962)	1.162.812	
Em 1963 (v. págs. 162 e 163 do Balanço de 1963)	32.940.153	
Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964)	3.516.167	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965)	<u>227.544</u>	<u>38.864.862</u>
		2.992.042.377
Menos		
d) Crédito de 1961, ab-rogado em 1962		
Dec. 12.845, de 23/11/61		<u>7.000.000</u>
		2.985.042.377
Menos		
e) Cancelamento de créditos		
Dec. 17.036, de 22/12/64		<u>2.993.041</u>
		2.982.049.336
Menos		
f) Produto recebido até 31/12/66		<u>2.756.473.000</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>225.576.336</u>
III - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 6ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 13.368, de 6/4/62)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1962 (v. fls. 50 a 56 do Balanço de 1962)	4.382.592.000	
Em 1963 (v. págs. 163 a 167 do Balanço de 1963)	736.165.000	
Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964)	67.488.864	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965)	20.000.000	
Em 1966 (v. pág. 135 do Balanço de 1966)	<u>272.338.800</u>	<u>5.478.584.664</u>
Suplementares		
Em 1964.....		42.503.212

b) Créditos de 1962, revigorados em 1963		
Dec. 13.965, de 11/8/62	600.000	
Dec. 14.172, de 1/10/62	1.000.000	
Dec. 14.240, de 22/10/62	668.370	
Dec. 14.241, de 22/10/62	<u>1.831.630</u>	<u>4.100.000</u>
		5.525.187.876

Menos

c) Saldos de créditos extintos		
Em 1962 (v. fls. 50 a 56 do Balanço de 1962)	11.563.172	
Em 1963 (v. págs. 163 a 167 do Balanço de 1963)	189.011.813	
Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964)	53.774.920	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965)	<u>5.442.246</u>	<u>259.792.151</u>
		5.265.395.725

Menos

d) Cancelamento de créditos		
Decretos de 1962, ab-rogados em 1963 (v. fls. 49 a 53 do Balanço de 1963)	12.631.000	
Dec. 16.919, de 27/10/64	1.000.000	
Dec. 17.005, de 12/12/64	1.189.700	
Dec. 17.036, de 22/12/64	<u>40.313.512</u>	<u>55.134.212</u>
		5.210.261.513

Menos

e) Alteração de recursos de créditos de 1962		
Dec. 13.590, de 29/5/62		<u>232.668.613</u>
		4.977.592.900

Menos

f) Produto recebido até 31/12/66		<u>4.530.488.423</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>447.104.477</u>

IV - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 2ª série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 15.637, de 26/9/63)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1963 (v. págs. 175 a 178 do Balanço de 1963)	4.982.378.742	
Em 1964 (v. págs. 117 a 119 do Balanço de 1964)	9.500.000	
Em 1965 (v. pág. 126 do Balanço de 1965)	<u>365.129.000</u>	<u>5.357.007.742</u>

Suplementares

Em 1964		<u>5.612.681</u>
		5.362.620.423

Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1963 (v. págs. 175 a 178 do Balanço de 1963)	3.000.000	
Em 1964 (v. págs. 117 a 119 do Balanço de 1964)	354.179.750	
Em 1966 (v. pág. 135 do Balanço de 1966)	<u>594.595</u>	<u>357.774.345</u>
		5.004.846.078
Menos		
c) Cancelamento de créditos		
Dec. 16.919, de 27/10/64	73.025	
Dec. 17.036, de 22/12/64	<u>5.539.656</u>	<u>5.612.681</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>4.999.233.397</u>
V - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 3ª série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 16.211, de 28/12/63)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1963 (v. pág. 179 do Balanço de 1963)	455.260.000	
Em 1964 (v. pág. 119 do Balanço de 1964)	<u>1.544.739.888</u>	1.999.999.888
Suplementares		
Em 1964		<u>28.000.000</u>
		2.027.999.888
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1964 (v. pág. 119 do Balanço de 1964)	94.151.428	
Em 1965 (v. págs. 126 e 127 do Balanço de 1965)	<u>231.000</u>	<u>94.382.428</u>
		1.933.617.460
Menos		
c) Cancelamento de créditos		
Dec. 17.036, de 22/12/64		<u>28.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>1.905.617.460</u>
VI - Empréstimo em apólices Consolidação de Dívidas Flutuantes (Lei 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Dec. 15.631, de 26/9/63		1.500.000.000
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/66		
		<u>387.841.000</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>1.112.159.000</u>

**EXPOSIÇÃO SÔBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESTADO**

VII - Empréstimo em apólices Lei 5.127/65	
a) Créditos abertos	
Suplementares	
Em 1965.....	10.000.000.000
Menos	
b) Produto recebido até 31/12/66	<u>900.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada	<u>9.100.000.000</u>
VIII - Empréstimo em apólices Lei 5.162/65	
a) Créditos abertos	
Suplementares	
Em 1965	<u>10.000.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada.....	<u>10.000.000.000</u>
IX - Empréstimo em apólices Plano Comunitário de Investimentos - 1ª série (Lei 5.249, de 16/7/66, e Dec. 17.989, de 8/8/66)	
a) Créditos abertos	
Especiais	
Em 1966 (v. pág. 136 do Balanço de 1966)	8.000.000.000
Menos	
b) Produto recebido até 31/12/66	<u>870.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada	<u>7.130.000.000</u>
X - Empréstimo em apólices Plano Comunitário de Investimentos - 2ª série (Lei 5.249, de 16/7/66, e Dec. 18.025, de 26/8/66)	
a) Créditos abertos	
Especiais	
Em 1966 (v. pág. 136 do Balanço de 1966)	<u>12.000.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada	<u>12.000.000.000</u>
XI - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 1ª série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 17.806, de 16/2/66)	
a) Créditos abertos	
Especiais	
Em 1966 (v. pág. 136 do Balanço de 1966)	22.762.303.580
Menos	
b) Produto recebido até 31/12/66	<u>2.635.548.700</u>
Parcela a realizar vinculada	<u>20.126.754.880</u>
XII - Empréstimo em apólices Lei 5.344/66	
a) Créditos abertos	
Especiais	
Em 1966 (Dec. 18.332, de 30/12/66)	<u>30.000.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada	<u>30.000.000.000</u>

XIII - Empréstimo em apólices Plano de Auxílios Especiais aos Municípios (Lei 5.309, de 19/12/66, e Dec. 18.321, de 28/12/66)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1966 (Dec. 18.288, de 26/12/66)		<u>12.000.000.000</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>12.000.000.000</u>
XIV - Taxa de Eletrificação		
Recursos proporcionados pela taxa de eletrificação, instituída pela Lei 5.135, de 7/12/65		
a) Recursos aplicados na subscrição do aumento de capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica ...		27.557.726.897
b) Parcela de recursos a realizar da taxa de eletrificação e comunicações, considerada como componente do ativo potencial na exposição relativa ao Balanço de 1965, vinculada ao Plano de Eletrificação do Estado		<u>1.252.073.649</u>
		28.809.800.546
Menos		
c) Recursos realizados no exercício de 1966		<u>27.706.059.848</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>1.103.740.698</u>
<p>O passivo potencial, no valor de Cr\$ 105.200.356.814, compreende as seguintes parcelas:</p>		
I - Empréstimo Governo Federal (Lei Federal 3.337, de 12/12/57, e Lei Estadual 3.601, de 1/12/58)		
a) Produto recebido até 31/12/66		<u>6.904.000.000</u>
Saldo dos recursos a utilizar		<u>6.904.000.000</u>
II - Empréstimo Lei Federal 4.770, de 15/9/65 - Governo Federal		
a) Produto recebido até 31/12/66		<u>4.471.001.600</u>
Saldo dos recursos a utilizar		<u>4.471.001.600</u>
III - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 8ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 14.468, de 10/12/62)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1962 (v. fls. 56 e 57 do Balanço de 1962)	1.303.762.520	
Em 1963 (v. págs. 167 e 168 do Balanço de 1963)	406.595.818	
Em 1964 (v. pág. 115 do Balanço de 1964)	185.397.000	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965)	29.584.393	
Em 1966 (v. pág. 135 do Balanço de 1966)	<u>20.000.000</u>	1.945.339.731

Suplementares		
Em 1964.....	20.276.080	
Em 1965.....	<u>600.000</u>	20.876.080
b) Transferência de recursos		
Dec. 13.590, de 29/5/62		<u>232.668.613</u>
		2.198.884.424
Menos		
c) Saldos de créditos extintos		
Em 1963 (v. págs. 167 e 168 do Balanço de 1963).....	29.003.839	
Em 1964 (v. pág. 115 do Balanço de 1964).....	37.307.381	
Em 1965 (v. pág. 125 do Balanço de 1965).....	1.389.159	
Em 1966 (v. pág. 135 do Balanço de 1966).....	<u>851.450</u>	<u>68.551.829</u>
		2.130.332.595
Menos		
d) Cancelamento de créditos		
Dec. 14.571, de 21/12/62	100.000.000	
Dec. 14.596, de 26/12/62	22.820.000	
Dec. 16.919, de 27/10/64	1.089.480	
Dec. 16.939, de 14/11/64	16.700.000	
Dec. 17.036, de 22/12/64	2.486.600	
Dec. 17.678, de 21/12/65	29.584.393	
Dec. 17.691, de 23/12/65	<u>600.000</u>	<u>173.280.473</u>
		1.957.052.122
Saldo dos recursos a utilizar		<u>42.947.878</u>
Produto recebido até 31/12/66		<u>2.000.000.000</u>
 IV - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 1ª série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 15.043, de 29/3/63)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1963 (v. págs. 169 a 174 do Balanço de 1963).....	4.950.460.892	
Em 1964 (v. págs. 115 e 116 do Balanço de 1964).....	49.200.000	
Em 1965 (v. pág. 126 do Balanço de 1965).....	135.000.000	
Em 1966 (v. pág. 135 do Balanço de 1966).....	<u>3.925.000</u>	5.138.585.892
Suplementares		
Em 1964.....		37.001.341
b) Créditos de 1963, revigorados em 1964		
Dec. 15.346, de 26/7/63	2.000.000	
Dec. 15.643, de 27/9/63	4.000.000	
Dec. 15.745, de 14/10/63	<u>9.000.000</u>	<u>15.000.000</u>
		5.190.587.233

Menos

c) Saldos de créditos extintos

Em 1963 (v. págs. 169 e 174 do Balanço de 1963).....	31.187.353	
Em 1964 (v. págs. 115 e 116 do Balanço de 1964).....	171.688.697	
Em 1966 (v. pág. 135 do Balanço de 1966).....	<u>56.321.239</u>	<u>259.197.289</u>
		4.931.389.944

Menos

d) Cancelamentos de créditos

Dec. 16.769, de 27/8/64	200.000	
Dec. 16.919, de 27/10/64	5.300.000	
Dec. 17.012, de 15/12/64	12.495.500	
Dec. 17.036, de 22/12/64	18.792.341	
Dec. 17.045, de 23/12/64	222.000	
Dec. 17.062, de 24/12/64	<u>191.500</u>	<u>37.201.341</u>
		4.894.188.603
Saldo dos recursos a utilizar		<u>16.410.397</u>
Produto recebido até 31/12/66.....		<u>4.910.599.000</u>

V - Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Lei 4.873, de 22/12/64)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1965 (v. pág. 127 do Balanço de 1965).....	800.000.000	
Em 1966 (v. pág. 135 do Balanço de 1966).....	<u>70.726.564</u>	870.726.564

Menos

b) Saldos de créditos extintos

Em 1965 (v. pág. 127 do Balanço de 1965).....	77.726.564	
Em 1966 (v. pág. 135 do Balanço de 1966).....	<u>25.794.466</u>	<u>103.521.030</u>
		787.205.534
Saldo dos recursos a utilizar		<u>25.794.466</u>
Produto recebido até 31/12/66.....		<u>793.000.000</u>

VI - Empréstimo Lei nº 4.931, de 13/2/65, contratado com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1965 (Dec. 17.278, de 22/4/65)	130.300.000	
Em 1966 (Dec. 17.789, de 4/2/66)	<u>51.549.208</u>	181.849.208

Menos

b) Saldos de créditos extintos

Em 1965 (Dec. 17.278, de 22/4/65)		<u>54.335.438</u>
		127.513.770

Saldo dos recursos a utilizar		<u>2.786.230</u>
Produto recebido até 31/12/66.....		<u>130.300.000</u>
VII - Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Lei 4.387, de 6/12/62)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Dec. 18.313, de 28/12/66		4.210.570
Suplementares		
Em 1966.....		<u>741.293.147</u>
Produto recebido até 31/12/66		<u>745.503.717</u>
VIII - Empréstimo Saneamento, contratado com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (Lei 3.601, de 1/12/58)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Dec. 13.337, de 22/3/62	300.000.000	
Dec. 18.313, de 28/12/66	<u>2.837.781</u>	302.837.781
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1963 (Dec. 13.337, de 22/3/62)		<u>2.837.781</u>
Produto recebido até 31/12/66		<u>300.000.000</u>
IX - Taxa de Transportes		
Recursos proporcionados pela taxa de transportes, instituída pela Lei 2.737, de 26/11/55		
a) Recursos realizados no exercício de 1966		
Vinculados às Prefeituras	15.642.297.437	
Vinculados aos seguintes órgãos:		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.....	14.078.067.693	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	4.692.689.231	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns.....	3.519.516.923	
Departamento Aeroviário do Estado	<u>1.173.172.308</u>	39.105.743.592
b) Saldo dos recursos a utilizar do exercício de 1965		
Vinculados ao Departamento Aeroviário do Estado		<u>33.723.499</u>
		39.139.467.091
Menos		
c) Parcela a realizar, do exercício de 1965, vinculada		
Às Prefeituras	223.078.963	
Ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.....	335.196.377	
Ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	198.923.750	
À Comissão Estadual de Silos e Armazéns	<u>10.444.828</u>	<u>767.643.918</u>
		38.371.823.173

Menos

d) Recursos utilizados e assim distribuídos

Prefeituras	14.576.441.037	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	13.319.568.000	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	4.439.856.000	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	3.329.892.000	
Departamento Aeroviário do Estado	<u>1.042.057.022</u>	<u>36.707.814.059</u>

Saldo dos recursos a utilizar e assim discriminados:

Prefeituras	842.777.437	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	423.303.316	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	53.909.481	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	179.180.095	
Departamento Aeroviário do Estado	<u>164.838.785</u>	<u>1.664.009.114</u>

X - Taxa de Comunicações

Recursos proporcionados pela taxa de comunicações, instituída pela Lei 5.135, de 7/12/65

a) Recursos realizados no exercício de 1966 3.077.194.578

Menos

b) Parcela de recursos a realizar da taxa de eletrificação e comunicações, considerada como componente do ativo potencial na exposição relativa ao Balanço de 1965, vinculada ao Plano de Comunicações do Estado 170.120
3.077.024.458

Menos

c) Recursos utilizados e assim distribuídos

Comissão Estadual de Comunicações	99.938.327	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	<u>2.886.969.655</u>	<u>2.986.907.982</u>
Saldo dos recursos a utilizar.....		<u>90.116.476</u>

XI - Quota-parte do imposto sobre energia elétrica

Recursos proporcionados pela quota-parte do imposto sobre energia elétrica

a) Recursos recebidos no exercício de 1966 5.406.407.119

Menos

b) Parcela de recursos a realizar, considerada como componente do ativo potencial na exposição relativa ao Balanço de 1965..... 620.000.000
4.786.407.119

Menos

c) Recursos aplicados na subscrição do aumento de capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica ...	<u>4.137.303.870</u>
Saldo dos recursos a utilizar.....	<u>649.103.249</u>

XII - Taxa de Saneamento

Recursos proporcionados pela taxa de saneamento, instituída pela Lei 5.135, de 7/12/65

Recursos realizados no exercício de 1966	<u>2.562.626.357</u>
Saldo dos recursos a utilizar.....	<u>2.562.626.357</u>

XIII - Renda do Departamento da Loteria do Estado

Recursos proporcionados pelo Departamento da Loteria do Estado, nos termos da Lei 4.631, de 9/12/63, alterada pela Lei 4.760, de 17/7/64

a) Recursos realizados no exercício de 1966

Vinculados ao art. 3º da Lei		
4.631/63	204.500.000	
Vinculados ao art. 9º da Lei		
4.760/64	<u>900.810.878</u>	1.105.310.878

b) Saldo dos recursos a utilizar, considerado na exposição relativa ao Balanço de 1965 como componente do passivo potencial

Vinculados ao art. 3º da Lei ...		
4.631/63	109.150.000	
Vinculados ao art. 9º da Lei ...		
4.760/64	<u>291.571.746</u>	400.721.746

c) Recursos dos exercícios de 1963 e 1964, vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/64, não computados como elemento potencial em 1965

<u>164.659.252</u>
1.670.691.876

Menos

d) Recursos utilizados, vinculados ao art. 3º da Lei 4.631/63

Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias

Código 3.03 (Plano de Subvenções e Auxílios) ...	<u>125.680.000</u>
--	--------------------

1.545.011.876

Menos

e) Recursos utilizados, vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/64

Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias

Códigos 1.02, 3.03 e 8.10 (Plano de Subvenções e Auxílios).	746.160.000
---	-------------

Créditos especiais abertos

Dec. 17.353, de 18/6/65.....	17.095.000
Dec. 17.438, de 13/8/65.....	25.944.252
Dec. 18.327, de 29/12/66.....	<u>121.620.000</u>

910.819.252

Saldo dos recursos a utilizar		
Vinculados ao art. 3º da Lei 4.631/ /63.....	187.970.000	
Vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/ /64.....	<u>446.222.624</u>	<u>634.192.624</u>

Mediante o confronto dos valores reais constantes do Balanço Patrimonial com os elementos potenciais que se acaba de expor, determina-se o des coberto financeiro. Esta demonstração assim se apresenta:

Ativo Financeiro

I - Real

Disponível	16.893.505.330	
Realizável	<u>10.071.797.336</u>	26.965.302.666

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos adicionais abertos

Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado (Lei 3.601, de 1/12/58)

1ª série - Dec. 10.716, de 27/8/59	130.414.932	
4ª série - Dec. 12.465, de 30/6/61	225.576.336	
6ª série - Dec. 13.368, de 6/4/62	447.104.477	

Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos (Lei 4.387, de 6/12/62)

2ª série - Dec. 15.637, de 26/9/63	4.999.233.397	
3ª série - Dec. 16.211, de 28/12/63	1.905.617.460	

Empréstimo em apólices Consolidação de Dívidas Flutuantes (Lei 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63).....

1.112.159.000

Empréstimo em apólices Lei 5.127/65

9.100.000.000

Empréstimo em apólices Lei 5.162/65

10.000.000.000

Empréstimo em apólices Plano Comunitário de Investimentos (Lei 5.249, de 16/7/66)

1ª série - Dec. 17.989, de 8/8/66	7.130.000.000	
2ª série - Dec. 18.025, de 26/8/66	12.000.000.000	

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 5.121, de 6/12/65)

1ª série - Dec. 17.806, de 16/2/66 20.126.754.880

Empréstimo em apólices Lei 5.344/66

30.000.000.000

Empréstimo em apólices Plano de Auxílios Especiais aos Municípios (Lei 5.309, de 19/12/66, e Dec. 18.321, de 28/12/66)

12.000.000.000

Parcela a realizar da taxa de eletrificação

1.103.740.698

110.280.601.180

137.245.903.846

Passivo Financeiro

I - Real

a) Restos a Pagar.....	82.016.498.725	
b) Serviço da Dívida a Pagar.....	6.777.016.295	
c) Depósitos.....	12.312.187.698	
d) Débitos de Tesouraria.....	16.616.632.746	
e) Diversos.....	<u>20.239.382.651</u>	137.961.718.115

II - Potencial

Créditos especiais transferidos para 1967.....	88.137.368.423	
Empréstimo com o Governo Federal (Lei Federal 3.337, de 12/12/57, e Lei Estadual 3.601, de 1/12/58).....	6.904.000.000	
Empréstimo Lei Federal 4.770, de 15/9/65 - Governo da União.....	4.471.001.600	
Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 8ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 14.468, de 10/12/62).....	42.947.878	
Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 1ª série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 15.043, de 29/3/63).....	16.410.397	
Saldo do Empréstimo de 800 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Lei 4.873, de 22/12/64).....	25.794.466	
Saldo a utilizar do Empréstimo Lei 4.931, de 13/2/65, contratado com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul.....	2.786.230	
Saldo a aplicar da taxa de transportes.	1.664.009.114	
Saldo a aplicar da taxa de comunicações	90.116.476	
Saldo a aplicar da quota-parte do imposto sobre energia elétrica.....	649.103.249	
Saldo a aplicar da taxa de saneamento.	2.562.626.357	
Saldo a aplicar da renda do Departamento da Loteria do Estado.....	<u>634.192.624</u>	<u>105.200.356.814</u>
		<u>243.162.074.929</u>

Resumo

Passivo Financeiro.....	243.162.074.929
Ativo Financeiro.....	<u>137.245.903.846</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/66	<u>105.916.171.083</u>

Essa mesma operação pode ser feita também de forma sintética, conjugando-se com o descoberto financeiro existente no início do ano fiscal os fatos que influenciam esta situação. Eis a demonstração:

I - Descoberto acumulado em 1965.....		51.941.707.524
Mais		
a) Créditos especiais abertos em 1966 com recursos de exercícios anteriores	384.513.846	
b) Cancelamento de créditos	55.022.380	
c) Inscrição de dívidas	<u>750</u>	<u>439.536.976</u>
		52.381.244.500
Menos		
d) Créditos especiais extintos com recursos de exercícios anteriores ...	17.201.731	
e) Créditos especiais com recursos de exercícios anteriores, cancelados por redução	85.835.000	
f) Cancelamento de dívidas	11.686	
g) Inscrição de créditos	3.541.300	
h) Inscrição de valores.....	<u>54.770.000</u>	<u>161.359.717</u>
Descoberto de 1965, retificado		52.219.884.783
II - Deficit de recursos ordinários		
a) Deficit da gestão de recursos do Fundo Geral do exercício de 1966	43.778.318.313	
b) Créditos especiais com recursos de 1966, transferidos para 1967	<u>9.917.967.987</u>	<u>53.696.286.300</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/66		<u>105.916.171.083</u>

A apuração do descoberto financeiro que se acaba de apresentar foi feita em consonância com fórmula técnica consagrada.

Examinando-se, todavia, os componentes do ativo e do passivo potenciais, verifica-se que alguns itens permanecem inalterados há vários exercícios. Outrossim, constata-se que outros componentes apresentam pequenas variações, ora positivas ora negativas, em virtude de terem sido extintas as autorizações.

Para tornar essa apuração mais próxima da realidade, convém proceder-se à exclusão de tais itens.

Sob esse fundamento, dos componentes do ativo financeiro potencial deve ser excluído o seguinte empréstimo:

Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 1ª série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 10.716, de 27/8/59).....	<u>130.414.932</u>
---	--------------------

Igualmente, das parcelas compreendidas no passivo financeiro potencial eliminam-se as correspondentes às operações a seguir discriminadas:

Empréstimo Governo da União (Lei Federal 3.337, de 12/12/57, e Lei Estadual 3.601, de 1/12/58)	6.904.000.000
--	---------------